

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O Setor Privado na esfera do Património Cultural

Sílvia Isabel Ferreira Velasques

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

O Setor Privado na esfera do Património Cultural

Sílvia Isabel Ferreira Velasques

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora:

Doutora Sofia Costa Macedo, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à professora Sofia Costa Macedo por aceitar acompanhar-me no percurso da execução desta dissertação do Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura. Obrigada pelo excelente acompanhamento em todas as fases desta experiência, pela orientação contínua e pelos conselhos preciosos no decorrer deste meu percurso. A sua disponibilidade e forma de encorajar foram vitais para mim e para o meu desenvolvimento neste caminho. Obrigada pelos conselhos, motivação e inspiração.

Gostaria de agradecer sinceramente ao Dr. Rui Jesuíno pela presença, disponibilidade e vontade de ajudar com todas as questões que surgiram sobre as questões da nossa cidade de Elvas, pelos esclarecimentos dados e pelas curiosidades partilhadas sobre a área da história e património deste local que nos aproxima. A participação e os detalhes de cada esclarecimento fizeram toda a diferença na realização desta dissertação. Quero agradecer também ao Pe. Ricardo Lameira pela disponibilidade, participação e toda a ajuda que foi fundamental na construção desta dissertação.

Um especial obrigada aos meus colegas de trabalho que foram sempre compreensivos e permissivos neste período mais exigente e colaboraram para o meu melhor desempenho de forma empática.

A minha gratidão estende-se igualmente à minha família de Elvas e Lisboa que, à distância ou mais perto, conseguiram ser os que me mais me animaram com todo o carinho, palavras de força diárias e motivação.

Às minhas colegas de mestrado, obrigada pelo companheirismo, mesmo que maioritariamente *online*, sou grata por poder ter tido excelentes colegas e as melhores companheiras que poderia ter conhecido no ISCTE-IUL.

Quero agradecer também ao Duarte por toda a paciência, amor e amizade, pelo apoio diário que foi fundamental para mim e por me lembrar de agir e não procrastinar. Aos meus amigos que estão longe, mas perto, obrigada pelas mensagens de força e incentivo.

Resumo

A presente dissertação pretende analisar a amplitude dos modelos de gestão na esfera do património cultural. Este estudo é realizado a partir de um caso de estudo constituído pelo património cultural classificado do concelho de Elvas, localizado na região do Alto Alentejo.

O debate sobre a eficácia de diferentes agentes na área da gestão patrimonial tem sido alvo de diversos discursos que refletem posições distintas e, portanto, não tem existido consenso nesta matéria. Deste modo, procura-se caracterizar os modelos de gestão do património cultural neste concelho, com destaque para as entidades que os aplicam, identificando a natureza de gestão das mesmas. Além disso, pretendeu-se compreender quais são os principais obstáculos à implementação dos modelos de gestão conhecidos, bem como, perceber quais são as ações de boas práticas ligadas à gestão privada.

De forma a atingir os objetivos definidos, optou-se por privilegiar uma metodologia baseada em dois momentos que representam uma estratégia metodológica qualitativa. Numa primeira parte, são analisados conceitos-chave sobre a temática onde foi estabelecida uma relação e diálogo entre os mesmos. De seguida, através da observação direta dos vários bens patrimoniais classificados selecionados da cidade de Elvas, construiu-se uma grelha de observação que permitiu avaliar os resultados obtidos. Resultados que sugerem que não se encontram limitações conceptuais, no caso de Elvas, às práticas de gestão privada, sendo que, assim, verifica-se existir benefícios e vantagens em modelos de gestão privada.

Palavras-chave: Património Cultural, Gestão do Património Cultural, Modelos de Gestão, Setor Privado, Elvas.

Abstract

This dissertation aims to analyze the breadth of management models in the sphere of cultural heritage. This study is carried out from a case study consisting of the classified cultural heritage of the municipality of Elvas, located in the region of Alto Alentejo.

The debate on the effectiveness of different agents in the sphere of asset management has been the subject of several speeches that reflect different positions and, therefore, there is no consensus in this matter. Thus, it seeks to characterize the models of management of cultural heritage in this municipality, with emphasis on the entities that apply them, identifying the nature of their management. In addition, it was intended to understand what the main obstacles to the implementation of known management models are, as well as to understand what are the actions of good practices related to private management.

In order to achieve the defined objectives, we chose to favor a methodology based on two moments that represent a qualitative methodological strategy. In a first part, key concepts on the theme where a relationship and dialogue were established between them are analyzed. Then, through the direct observation of the several classified property assets of the city of Elvas, an observation grid was built to evaluate the results obtained. Results suggest that there are no conceptual limitations, in the case of Elvas, to private management practices and, thus, there are benefits and advantages in private management models.

Keywords: Cultural Heritage, Cultural Heritage Management, Management Models, Private Sector; Elvas.

Índice

Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice de Tabelas.....	ix
Índice de Figuras	ix
Glossário de siglas.....	xi
Introdução.....	1
Questão e relevância da investigação	3
1.1. Relevância da investigação	3
1.2. Questão de investigação e objetivos.....	4
1.3. Objeto de Estudo	5
1.4. Estrutura da dissertação.....	10
Estado da Arte	13
2.1. A gestão do património cultural	13
2.2. Os modelos de gestão	17
2.3. O setor privado no património cultural	20
Estratégia metodológica	23
Caracterização e Gestão do Património imóvel classificado de Elvas	27
4.1 O Caso de Estudo: o Património Classificado de Elvas	27
4.2. Património Mundial.....	28
4.2.1. Construções militares	31
4.2.2. Edifícios Religiosos.....	34
4.2.3. Edifícios Cívicos	39
4.3. A gestão dos bens patrimoniais classificados de Elvas	40
4.4. Obstáculos para uma gestão privada de bens patrimoniais em Elvas.....	44
Conclusões	47
Fontes	49
Bibliografia.....	52
Anexos.....	I
Anexo A – Guião de entrevista	I
Anexo B - Entrevista a Dr. Rui Jesuíno	II
Anexo C - Entrevista ao Pe. Ricardo Lameira	V

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Nº de bens patrimoniais classificados, tipo de sítio e classificação. Em destaque encontram-se os edifícios que foram objeto de estudo deste trabalho.**Erro! Marcador não definido.**

Tabela 2 - Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público presentes no concelho de Elvas 9

Tabela 3. Imóveis Classificados e as respetivas Entidade Proprietária, Entidade de Afetação e Entidade de Gestão..... 41

Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Elvas. 5

Figura 2 - Freguesias do concelho de Elvas..... 6

Figura 3 - Mapa indicando o património classificado em Elvas, incluindo as fortificações.. .. 8

Figura 4 - Património classificado no interior das muralhas de Elvas. 10

Figura 5. Elvas, Património Mundial. 30

Glossário de siglas

CME - Câmara Municipal de Elvas

DGPC - Direção Geral do Património Cultural

DRCA - Direção Regional de Cultura do Alentejo

ICCROM - International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites

IIP- Imóvel de Interesse Público

IMPFE - Plano de Gestão Integrada para as Fortificações de Elvas

INE - Instituto Nacional de Estatística

IUCN - International Union for Conservation of Nature

MN - Monumento Nacional

NUTS - Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos

PPSCHE - Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas

PSVFE - Plano de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico

SNIT - Sistema Nacional de Informação Territorial

UNESCO - United Nations Education, Scientific and Cultural Organization

Introdução

A gestão do património tem-se constituído como uma das principais questões na esfera do património cultural. A tradicional preocupação com a preservação do património, com um enfoque na criação de instrumentos para a sua proteção, tem sido acompanhada por reflexões sobre a gestão dos bens patrimoniais (Alaix, 2018).

A presente dissertação aborda as questões da gestão do património cultural, procurando refletir sobre os modelos de gestão. Esta pesquisa é realizada a partir de um caso de estudo composto pelo património cultural classificado do concelho de Elvas, e procura caracterizar os modelos de gestão do património cultural, com destaque para as entidades que os aplicam, procurando ainda essa mesma caracterização para as entidades privadas responsáveis pela gestão de bens patrimoniais.

O debate sobre a eficácia de diferentes agentes na esfera da gestão patrimonial tem sido alvo de variados debates, apaixonados, que refletem posições diversas. Não há, portanto, consensos nesta matéria. Esta discussão é gerada a partir da assunção de que o património cultural é um recurso, potencialmente proveitoso. De acordo com recentes estudos (Bernardes, Oliveira e Moreira, 2014; Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020), uma parte significativa do rendimento associado à exploração do bem patrimonial fica nas externalidades, escapando a quem o gere ou nele investe, podendo esse valor ser substancialmente mais elevado em regiões do interior, onde é recorrente que o património se constitua como um recurso que fomenta outras áreas (Bernardes, Oliveira e Moreira, 2014).

Com a insustentabilidade económica das políticas patrimoniais públicas, surgiu uma procura de novos modelos de gestão e novos rumos de articulação e participação do setor privado no património cultural. A concessão de edifícios patrimoniais, que estão sob tutela pública, à gestão de entidades privadas tem sido algo limitada, com os principais exemplos na apropriação destes bens para fins hoteleiros, como é o caso do Programa REVIVE. Há ainda casos de gestão privada de património cultural que decorrem de uma propriedade, também ela privada, desses mesmos bens.

A flexibilidade que caracteriza a atuação privada pode encontrar os limites na própria natureza dos bens patrimoniais e na sua missão. Pretende-se compreender o que pode ser feito para se optar pela gestão do património por parte de entidades privadas.

Neste sentido, os objetivos específicos que servem como base para guiar esta dissertação são os seguintes: elaborar um mapeamento das entidades gestoras dos bens imóveis patrimoniais inseridos na área selecionada através da sua identificação e caracterização, por

meio de uma observação individual, em segundo, compreender quais são os principais obstáculos à implementação dos modelos de gestão conhecidos e, ainda, por último, perceber quais são as ações de boas práticas ligadas à gestão privada.

Assim, este estudo surge com a vontade de dar iniciativa ao desenvolvimento de pesquisas que tenham em vista as entidades gestoras do património cultural, compreendendo as diferentes tipologias de património imóvel, nomeadamente, o património de arquitetura civil, militar e religioso e, privilegiando a caracterização dos espaços ao procurar compreender, em específico, aspetos relacionados com a sua gestão, propriedade e boas práticas.

Questão e relevância da investigação

1.1. Relevância da investigação

Elvas foi o concelho selecionado como caso de estudo para esta investigação sobre a gestão do património cultural pelo que, nesta parte, são esclarecidas as razões que levaram a esta seleção.

Devido à sua importante relevância histórica e patrimonial, este concelho é marcado pela sua diversidade de património arquitetónico civil, religioso e, sobretudo militar. A relevância militar da cidade e do seu património construído está vinculada com a sua posição geoestratégica de fronteira entre Portugal e Espanha (Alfaia, 2015).

Serve a presente ideia para justificar a pertinência do estudo ser incidido na área correspondente ao concelho de Elvas, devido à abrangência do largo conjunto de bens patrimoniais que se localizam na cidade e se encontram classificados. O valor geoestratégico da região alcançou, em 2012, um maior protagonismo resultante da totalidade do património militar do concelho, passando a “Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas” a ser incluída na Lista do Património Mundial da UNESCO. Por sua vez, o facto de Elvas ser uma área que conheço maioritariamente bem motivou-me, desde o início do meu percurso académico, a elaborar estudos inseridos na esfera do património cultural do local mencionado. Este caminho originou a perceção da escassez de estudos sobre a gestão do património cultural, especialmente, em Portugal.

Neste sentido, parece-nos imprescindível o desenvolvimento de estudos sobre a gestão do património que privilegiem uma abordagem qualitativa para que se possa dar a conhecer aspetos mais complexos que interligam a gestão eficaz das entidades do património cultural e as boas práticas na gestão do património cultural.

Com este estudo pretendemos desenvolver um mapeamento que permita demonstrar a realidade das entidades gestoras do património cultural, através do caso de estudo do concelho de Elvas. Além disso, este trabalho tem como objetivo promover a importância de identificar as estruturas de gestão do património cultural, bem como compreender como se caracterizam os espaços patrimoniais selecionados.

De acordo com o estudo “Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social” (Gonçalves; Carvalho e Tavares, 2020), a Lei nº 107/2001, de 8 de setembro, prevê a possibilidade da atuação de privados no setor patrimonial, em prol do interesse público e através da:

“colaboração recíproca para fins de identificação, reconhecimento, conservação, segurança, restauro, valorização e divulgação de bens culturais, bem como a concessão ou delegação de tarefas, desde que não envolvam a habilitação para a prática de atos administrativos de classificação”. (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020: 61)

No entanto, o que se assiste passadas duas décadas é que a atividade da gestão privada neste setor é praticamente inexistente, excluindo algumas fundações privadas, casas históricas ou algumas casas-museu. (Gonçalves, Carvalho e Tavares, 2020)

1.2. Questão de investigação e objetivos

Antes da definição das hipóteses de investigação, importa realçar as questões de partida do trabalho. A questão principal de partida tem como objetivo compreender a amplitude geral dos modelos de gestão aplicados à esfera do património cultural, e formulou-se da seguinte forma: “Qual a amplitude dos modelos de gestão na gestão privada do património cultural?”.

A partir de um caso de estudo concreto, procurou-se analisar a matéria da gestão privada do património cultural em Portugal, partindo de dois princípios:

- Uma relativa escassez de agentes privados na gestão de bens patrimoniais, ou pelo menos, um relativo desconhecimento da sua operação, existindo uma perceção generalizada de que não há sítios geridos por privados na esfera do património cultural, concretamente, no concelho de Elvas.
- Uma resistência, sobretudo por parte das entidades governamentais (a vários níveis), no enquadramento de agentes privados na gestão do património cultural, tidos como angariadores apenas de benefícios financeiros.

Então, para decompor esta questão de que não existem estruturas de gestão privada do património cultural em Portugal e, dado que, já se conhece esta realidade, é essencial tentar compreender o que é que impede de se entregar a gestão dos sítios patrimoniais a entidades privadas.

Uma vez que esta é uma questão de carácter bastante abrangente, é importante definir objetivos concretos para o estudo. Pois, será necessária uma alargada pesquisa de dados que permita recolher informações do território abrangido para conseguir compreender o universo em questão.

Como tal, face ao objeto de pesquisa inerente, esta dissertação tem três objetivos nucleares:

1. O primeiro objetivo é identificar e caracterizar os casos de gestão privada do património cultural no concelho de Elvas.

2. O segundo objetivo passa por identificar os obstáculos à implementação dos modelos de gestão por parte das tutelas e *stakeholders*.

3. O terceiro objetivo é averiguar e caracterizar casos de boas práticas ligados à gestão privada.

Importa salientar igualmente que o objeto de estudo deste trabalho compreende o universo do património cultural e a gestão dos sítios que são classificados, ou seja, de bens categorizados como “património classificado”.

1.3. Objeto de Estudo

Na fase inicial, esta dissertação tinha como objeto de estudo as questões de valorização na gestão dos sítios patrimoniais em Portugal, concretamente, em toda a região Alto Alentejo. No entanto, a dimensão do universo previamente identificado – mais de 130 bens classificados – impossibilitava a execução deste trabalho nos parâmetros definidos.

A opção recaiu sobre a análise de uma unidade territorial mais diminuta, o concelho de Elvas.

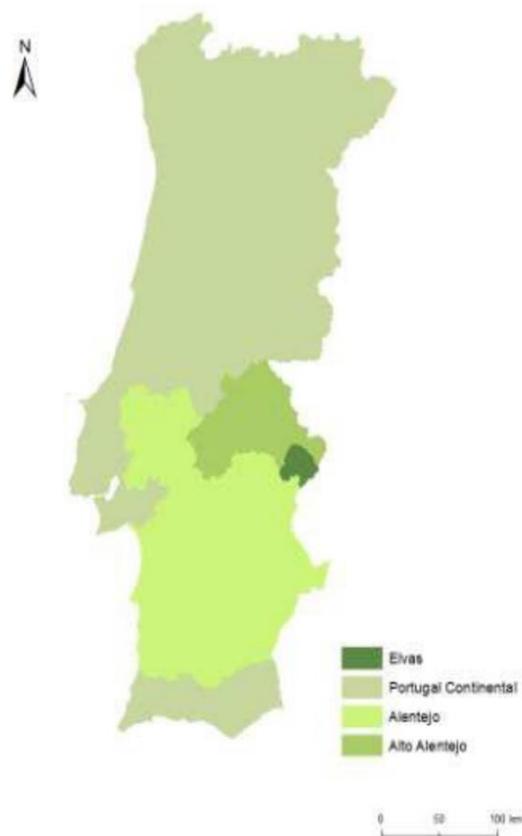


Figura 1 - Enquadramento geográfico do concelho de Elvas. Fonte: Alfaia, 2015.

O concelho encontra-se no sul do distrito de Portalegre, na sub-região do Alto Alentejo (NUTS III), pertencente ao Alentejo (NUTS II), apresentando um total de 631,768 km de área. Está dividido por sete freguesias, nomeadamente: Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso; Caia, São Pedro e Alcáçova; São Brás e São Lourenço; Santa Eulália; São Vicente e Ventosa; União de Freguesias de Terrugem e Vila Boim; União de Freguesias de Barbacena e Vila Fernando. Nas regiões limítrofes, a Norte encontra-se limitado pelo concelho de Arronches, a Nordeste por Campo Maior, a Sudeste pelos municípios espanhóis de Olivença e Badajoz, a Sul pelo Alandroal e Vila Viçosa e, por fim, a Oeste por Borba e Monforte.

É importante salientar a relevância da posição estratégica deste concelho uma vez que, Elvas foi a mais influente praça-forte da fronteira portuguesa e a cidade mais fortificada da Europa, tendo sido denominada como “Rainha da Fronteira” (Alfaia, 2015; CME, 2022; Gama, 1986).

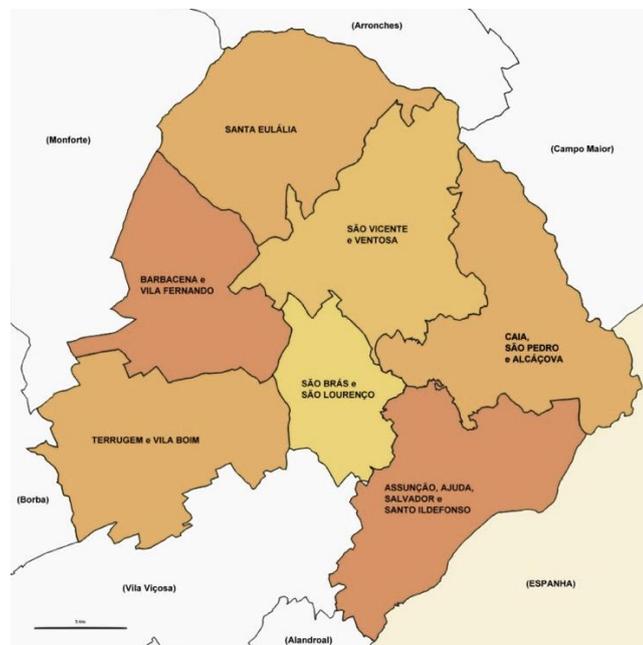


Figura 2 - Freguesias do concelho de Elvas. Fonte: Alentejo Turismo.

Relativamente ao património cultural do concelho, Elvas contabiliza um total de 40 bens patrimoniais classificados – Monumentos, Conjuntos e Sítios, que englobam oito bens patrimoniais de tipologia militar, oito bens patrimoniais de arquitetura religiosa, cinco bens patrimoniais de arquitetura civil e, por fim, 19 bens patrimoniais arqueológicos (Tabela 1).

Património Arquitetónico Religioso			
1	Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas	Igreja	IIP
2	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	Igreja	IIP
3	Igreja dos Domingos/de São Domingos	Igreja	MN
4	Igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas	Igreja	MN
5	Igreja de São Pedro	Igreja	MN
6	Igreja das Domínicas em Elvas	Igreja	MN
7	Passos da Via Sacra (cinco)	Passos	IIP
8	Igreja do Salvador (integrando uma capela, antigo Passo da Via Sacra)	Igreja	IIP
Património Arquitetónico Militar			
9	Castelo de Elvas	Castelo	MN
10	Castelo de Fontalva	Ruínas	IIP
11	Castelo de Barbacena	Castelo	IIP
12	Forte de Santa Luzia	Forte	MN
13	Forte de Nossa Senhora da Graça	Forte	MN
14	Fortim de São Domingos	Fortim	MN
15	Fortim de São Mamede	Fortim	MN
16	Fortim de São Pedro	Fortim	MN
Património Arquitetónico Civil			
17	Pelourinho de Elvas	Pelourinho	IIP
18	Padrão no Arrabalde de Elvas	Padrão	MN
19	Aqueduto da Amoreira	Aqueduto	MN
20	Pelourinho de Barbacena	Pelourinho	IIP
21	Ponte da Nossa Senhora da Ajuda	Ponte	IIP
Património Arqueológico			
22	Anta da Cabeça Gorda	Arqueológico	MN
23	Anta da Coutada de Barbacena	Arqueológico	MN
24	Anta da Quinta do Forte das Botas	Arqueológico	IIP
25	Anta da Torna do Paço Pereira	Arqueológico	MN
26	Anta de D. Miguel I	Arqueológico	MN
27	Anta de São Rafael I	Arqueológico	IIP
28	Anta de São Rafael II	Arqueológico	IIP
29	Anta de Torre das Arcas I	Arqueológico	IIP
30	Anta de Valmor	Arqueológico	IIP
31	Anta do Alto de Miraflores	Arqueológico	MN
32	Anta do Monte de Frades	Arqueológico	IIP
33	Anta do Monte Ruivo	Arqueológico	IIP
34	Anta do Olival de Monte Velho	Arqueológico	MN
35	Anta do Porto de Cima de D. Miguel	Arqueológico	MN
36	Anta do Sobral I	Arqueológico	IIP
37	Anta do Torrão	Arqueológico	MN
38	Anta dos Serrones I	Arqueológico	IIP
39	Anta dos Serrones II	Arqueológico	IIP
40	Tanque Romano da Herdade do Correio-Mor	Tanque	IIP

Tabela 1 - Nº de bens patrimoniais classificados, tipo de sítio e classificação. Em destaque encontram-se os edifícios que foram objeto de estudo deste trabalho. Fonte: SIPA

É de destacar a existência do conjunto Património da Humanidade - Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações. Foi a 30 de junho de 2012 que Elvas obteve a classificação de Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, por albergar o maior

conjunto na tipologia de fortificações abaluartadas terrestres do mundo, justificada pelos critérios i, ii e iv¹.

As fortificações de Elvas foram classificadas, designando-se por “Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações”. Os bens integrados nesta classificação são:

As muralhas de Elvas;

O Aqueduto da Amoreira;

O Forte de Nossa Senhora da Graça;

O Forte de Santa Luzia;

O Fortim de São Mamede;

O Fortim de São Pedro;

O Fortim de São Domingos;

O Centro Histórico de Elvas”, tal como se pode observar na imagem (Figura 3).

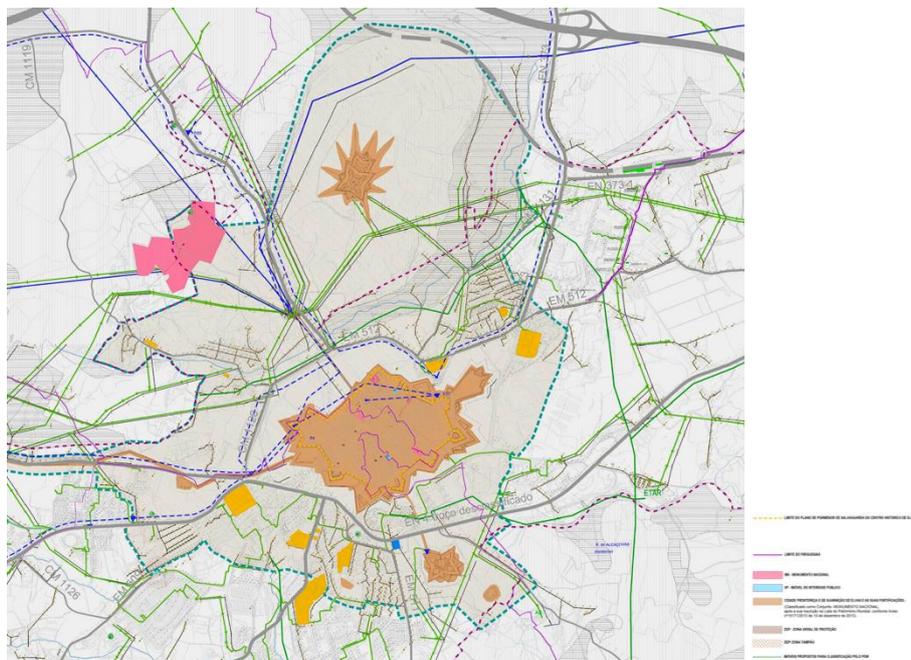


Figura 3 - Mapa indicando o património classificado em Elvas, incluindo as fortificações. Fonte: Plano de Urbanização de Elvas, SNIT.

Importa realçar que, anterior à data de reconhecimento pela UNESCO, este território já reunia vários bens culturais classificados ou em vias de classificação, assim como um vasto património inventariado. Deste modo, o património classificado no concelho de Elvas é constituído por 40 bens agrupados da seguinte forma:

¹ Informação disponível em <http://patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-mundial/portugal/cidade-fronteirica-e-de-guarnicao-de-elvas-e-suas-fortificacoes/>

20 Monumentos Nacionais;

20 Imóveis de Interesse Público.

Na Tabela 2, disponibiliza-se a listagem geral dos bens classificados no concelho de Elvas, nomeadamente, os Monumentos Nacionais e os Imóveis de Interesse Público².

Elementos classificados como Monumentos Nacionais	Elementos classificados como Imóvel de Interesse Público
Anta da Cabeça Gorda	Anta da Quinta do Forte das Botas
Anta da Coutada de Barbacena	Anta de São Rafael I
Anta da Torna do Paço Pereira	Anta de São Rafael II
Anta de D. Miguel I	Anta de Torre das Arcas I
Anta do Alto de Miraflores	Anta de Valmor
Anta do Olival de Monte Velho	Anta do Monte de Frades
Anta do Porto de Cima de D. Miguel	Anta do Monte Ruivo
Anta do Torrão	Anta do Sobral I
Aqueduto da Amoreira	Anta dos Serrones I
Padrão no Arrabalde de Elvas	Anta dos Serrones II
Fortim de São Pedro	Tanque Romano da Herdade do Correio-Mor
Fortim de São Mamede	Pelourinho de Elvas
Fortim de São Domingos	Pelourinho de Barbacena
Forte de Nossa Senhora da Graça	Ponte da Nossa Senhora da Ajuda
Forte de Santa Luzia	Castelo de Fontalva
Castelo de Elvas	Castelo de Barbacena
Igreja das Domínicas em Elvas	Igreja do Salvador (integrando uma capela, antigo Passo da Via Sacra)
Igreja de São Pedro	Passos da Via Sacra (cinco)
Igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas	Igreja da Ordem Terceira de São Francisco
Igreja dos Domingos/de São Domingos	Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas

Tabela 2 - Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público presentes no concelho de Elvas.
Fonte: SIPA.

O objeto de estudo aqui em análise tem em consideração o património categorizado como “património classificado” do concelho de Elvas, porém, foi necessário, ainda assim, recorrer à limitação geográfica do objeto de estudo, a fim de focalizar melhor o âmbito de pesquisa. Como tal, foi considerado todo o património classificado pertencente ao concelho que se encontra dentro das fortificações militares de Elvas, sem excluir alguns bens patrimoniais que estão diretamente relacionados com o centro histórico que não se podem desconsiderar ou com a classificação de Elvas a Património da Humanidade pela UNESCO; excluiu-se também todo o património arqueológico. Assim, o universo de estudo consiste em 17 elementos que se encontram na área do perímetro urbano ou área de proteção às fortificações de Elvas, constituindo-se por 12 Monumentos Nacionais, das quais dois são de Arquitetura Civil, seis de Arquitetura Militar e quatro de Arquitetura Religiosa. Considerando os Imóveis de Interesse Público são cinco os bens culturais que se localizam na área do perímetro urbano ou área de proteção às fortificações de Elvas, dos quais um pertence à tipologia de Arquitetura Civil, enquanto os restantes quatro são de Arquitetura Religiosa (PPSCHE/PSVFE).

² De acordo com o PPVSCHE/PPSVFE e SIPA (DGPC).

Ao realizar-se esta seleção que abrange conjuntos e sítios classificados como património cultural, é possível observar a amplitude de bens classificados que se encontram dentro das fortificações de Elvas.

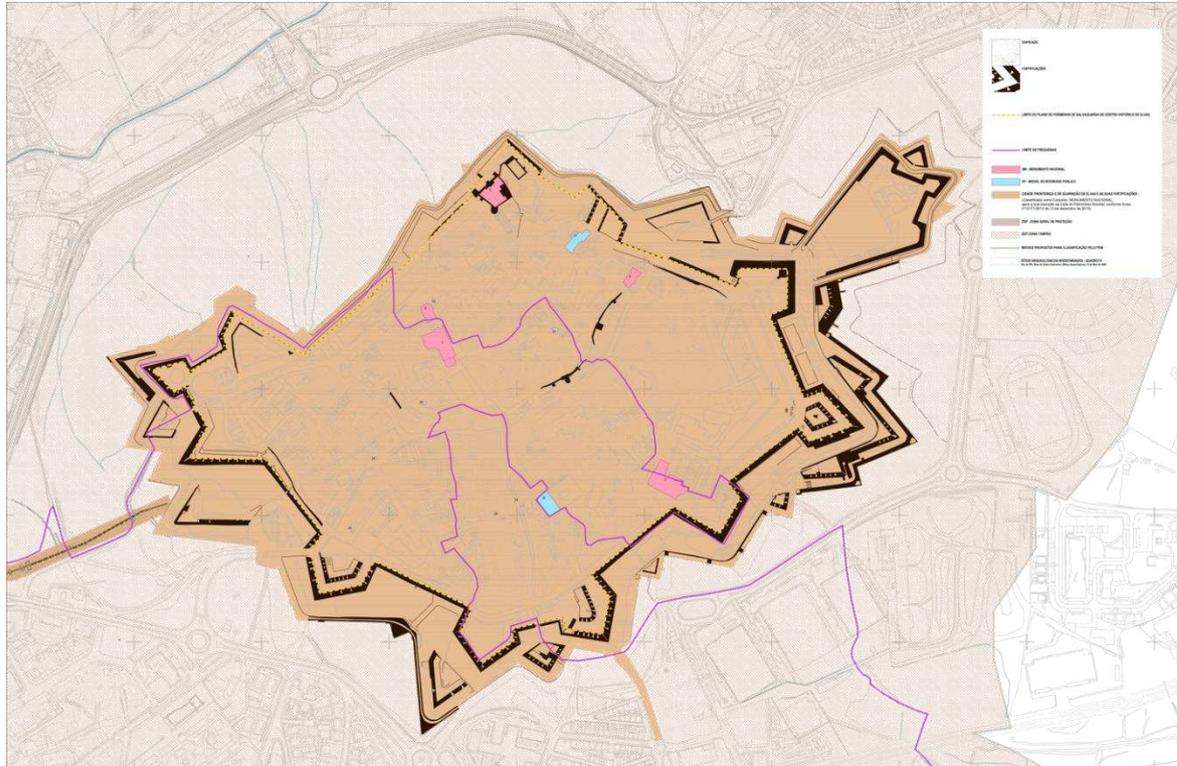


Figura 4 - Património classificado no interior das muralhas de Elvas. A rosa, apresentam-se os Monumentos Nacionais e a azul os Imóveis de Interesse Público Fonte: PSVFE, 2015.

1.4. Estrutura da dissertação

Este trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a questão e relevância de investigação que, por sua vez, está subdividida em quatro subcapítulos, nomeadamente: relevância da investigação, questão de investigação e objetivos, objeto de estudo e a estrutura da dissertação.

No segundo capítulo apresenta-se uma revisão de literatura sobre os principais temas abordados nesta investigação, nomeadamente, a gestão cultural, a gestão do património cultural, os modelos de gestão e o setor privado. Assim, o primeiro subcapítulo debruça-se sobre a origem da gestão cultural no mundo – onde começou e de que forma tem sido entendida. A segunda parte apresenta a temática dos modelos de gestão onde se faz uma breve revisão dos mesmos. Por sua vez, a última parte revê a situação do setor privado na esfera do património cultural, em Portugal, nos últimos anos.

O terceiro capítulo expressa a estratégia metodológica que é seguida na dissertação, destacando o modelo de análise proposto por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2005) para a realização desta investigação, que descreve os dois momentos de realce da mesma, nomeadamente, a revisão de bibliografias e a metodologia aplicada através de um caso de estudo que visa a observação direta dos imóveis, bem como, as informações recolhidas nas entrevistas que são método de principal destaque nesta dissertação.

O quarto capítulo dedica-se à caracterização de todos os bens património cultural selecionados do caso de estudo do concelho de Elvas que sintetizam um conjunto de temas interetando a origem histórica dos bens patrimoniais, o regime de abertura dos espaços, os recursos humanos, bem como, os seus responsáveis. Além disso, são identificadas as entidades de gestão dos bens patrimoniais do caso de estudo, sendo que é destacada a natureza da entidade de gestão, designadamente, se é pública ou se é privada. Após a caracterização e identificação da natureza das entidades de gestão, segue-se uma reflexão sobre os obstáculos para a gestão privada de bens patrimoniais guiada segundo os assuntos abordados nas entrevistas.

A dissertação termina com uma conclusão a partir dos dados obtidos, seguida da apresentação das referências bibliográficas.

Estado da Arte

Para a compreensão da temática de estudo desta dissertação, foi necessário abordar um conjunto de temas e conceitos que remetem para uma revisão de literatura de temas como Gestão Cultural, Gestão do Património Cultural ou legislação sobre o Património Cultural. Esta revisão de literatura aborda obras sobre a matéria da gestão do património, sendo de ressaltar os trabalhos produzidos no âmbito da UNESCO tais como “World Heritage Resource Manual Series” e “Managing Cultural World Heritage” (2013) em colaboração com o ICOMOS, o IUCN e o ICCROM; o livro editado por Constance DeVereaux (2018), “Arts and Cultural Management. Sense and Sensibilities in the state of the field”; e o artigo “Models of cultural Heritage Management” de Jurenienne e Radzevicius (2014).

De principal destaque para o estado de arte desta dissertação foi a Dissertação de Mestrado de Solange Fernandes (2018), “Parques de Sintra - Monte da Lua: A Influência da Gestão Patrimonial na Experiência Turística” e a Dissertação de Mestrado de Henrique Pereira (2017) “O Público e o Privado na Gestão do Património Cultural: sobre o Programa Revive”, a reflexão de Manel Miró Alaix (2018), “Aprender de los errores para pensar el futuro del patrimonio” e o livro “Managing Built Heritage. The Role of Cultural Values and Significance”, de Stephen Bond e Derek Worthing (2008).

2.1. A gestão do património cultural

A partir do conceito da gestão cultural remete-se neste subcapítulo para o conceito de gestão do património cultural, portanto é importante entender em primeiro lugar como estes conceitos estão implícitos um no outro e se relacionam.

Neste caso, considerando a opinião de DeVereaux (2018), as origens da gestão cultural são relativamente recentes, uma vez que se está a construir uma tradição que contextualiza as atividades presentes e futuras tendo em conta as atividades da gestão cultural. Assim, menciona que há investigadores que têm como objetivo associar a gestão cultural a um campo de investigação específico a fim de conhecê-lo melhor, enquanto há quem rejeite tal precisão, dado que acreditam que pode limitar ou deturpar o que é, ou o que deve ser, a gestão cultural.

Por sua vez, afirma que pensar na área da gestão cultural como uma “tendência” recorda-nos da mistura eclética de investigadores e profissionais com formações distintas desde a sociologia, ciência política, educação, artes, filosofia, curadoria, gestão de teatros e outros interessados nesta área de investigação.

Suposições é o que se pode notar que resta da história da gestão cultural. Como tal, é de notar que não tem sido dada atenção suficiente às suas origens, pois a história da gestão cultural depende um pouco de quem a aborda e por onde decide começar, uma vez que abrange diversas áreas de investigação. Portanto, a autora revela que é necessária uma investigação mais aprofundada do campo em si e da sua história para uma melhor compreensão dos campos de investigação que dela advêm (DeVereaux, 2018: 39-40).

Sabe-se que nos Estados Unidos é notável a diferença entre “gestão artística” e “gestão cultural”, porém mais recentemente passou a existir uma preferência na utilização do termo “gestão cultural”. É importante realçar igualmente que o termo “gestão cultural” não deriva exatamente da “gestão” no sentido mais puro (DeVereaux, 2018: 40).

As primeiras manifestações formais do conceito “gestão cultural” sucederam nos Estados Unidos da América e Reino Unido com programas de gestão das artes no ensino superior na década de 1960, na Universidade de Yale. Além disso, a maioria dos estudiosos de gestão cultural pode estar familiarizada com o estudo de Paul DiMaggio (1987) sobre os gestores das artes. Outros exemplos passam *pele* *Management in the Arts Research Program na University of California (UCLA)*, no final dos anos 1960, ou Harvard ter oferecido no *Summer School Institute* o curso de *Arts Administration* no início dos anos 1970.

No entanto, de acordo com Casey, a posição da cultura muitas vezes é inexistente na reflexão sobre as instituições culturais (DeVereaux, 2018: 41). É deste modo que se pretende realçar a importância de observar as instituições culturais, nomeadamente as instituições gestoras do património cultural, através da perspectiva da gestão, com o interesse de compreender como atuam e perceber como se caracterizam os modelos de gestão inerentes.

Na última metade do século, através de Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património, verificou-se que todo o meio ambiente é influenciado pela interação com a humanidade e, como tal, pode ser reconhecido como património cultural. Neste sentido, podemos afirmar que o aumento significativo do património nos últimos anos remete para que seja cada vez mais necessário ter em consideração o que realmente tem significado cultural ou não.

No caso do património cultural, o seu alargamento e posicionamento universal dentro do setor cultural, e uma grande ligação com a indústria do turismo, enfatizou a necessidade de estruturar a gestão do património cultural quer na vertente da salvaguarda dos valores patrimoniais, quer na fruição dos sítios. A profissionalização de uma gestão do património cultural surge muito associada aos sítios património mundial (UNESCO, ICCROM, ICOMOS

e IUCN, 2013: 12), bem como à evolução do próprio conceito e da sua relevância nas sociedades contemporâneas.

Disto resulta que os locais patrimoniais devem ser protegidos e valorizados de acordo com o meio que os rodeia tendo em consideração os acontecimentos que ocorrem, tais como mudanças na sociedade e respetivas preocupações das comunidades.

A estruturação de sistemas de gestão do património tem em conta os regimes de propriedade dos sítios: públicos, privados, mistos devem ser tidos em conta em sistemas integrados de gestão do património (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 13), onde gestores ou proprietários não podem agir de forma independente e, portanto, sem o consentimento de outras partes interessadas. Esta ação é crucial para desenvolver e implementar uma visão e políticas consensuais para que se exerça uma gestão dos sítios patrimoniais tendo em consideração todo o contexto físico e social dos espaços.

A gestão dos bens patrimoniais é estruturada de acordo com vários objetivos, definidos de acordo com variáveis institucionais e organizacionais, sociais, formas de conhecimentos e valores sociais e culturais (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 14). Esta complexidade de variáveis que dizem respeito ao domínio do património cultural leva a que a gestão do mesmo seja objeto de um processo de reflexão. Uma das variáveis mais relevantes, no caso do património, é o modelo de gestão onde os atores públicos e privados são chamados a rever a sua participação (Garrigós, 1998), pois, os cidadãos ao pressionarem para a intervenção do Estado, reafirmam que este não terá capacidades económicas para responder, perpetuando o ciclo de abandono do património, reforçando assim para uma maior interação e coordenação entre atores públicos e privados, dado que podem permitir obter melhores soluções para o património (Pereira, 2017: 4-5).

Por sua vez, o próprio termo “gestão” tem sido usado no setor do património de uma forma muito ampla, pois à medida que as questões se tornam mais complexas, é necessária mais precisão (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 15).

Jureniene e Radzevicius (2014) indicam que a gestão do património cultural pode ser definida como:

“o processo de proteção e gestão de elementos do património cultural no seu conjunto e individual, relacionados com o alargamento da sociedade e as suas necessidades de mudança. Assim, a gestão do património cultural é parte indissociável da pesquisa da conservação, restauro, museologia, arqueologia, história e arquitetura dos bens patrimoniais”.

Além disso, a gestão de sítios patrimoniais atua como um elo entre as instituições tutelares, na maioria das vezes públicas, os consumidores do património cultural, visitantes e a comunidade local (Jurenienė e Radzevicius, 2014: 237).

Howard (2003) refere que a gestão do património tende a aplicar-se apenas àquele sob tutela pública, mas que deve ser também considerado o património não gerido, o que pertence ao dia-a-dia das pessoas. O universo patrimonial é composto tanto por sítios de domínio público, como de domínio privado, o que em última instância significa várias escalas para a gestão do património cultural (Howard, 2003).

As comunidades patrimoniais (Conselho da Europa, 2005) são outras das variáveis mais relevantes, na atualidade para a gestão do património cultural, tomando em conta o envolvimento crescente e imprescindível das comunidades, bem como os seus usos. Muitas vezes os sítios classificados como património cultural tendem a manter-se em uso de acordo com o seu propósito original, no entanto, também se pode dar a alteração desses lugares, no caso em que são adaptados e se lhes atribui funções que garantam a sua manutenção e relevância contínua para a sociedade em que se inserem (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 22).

Na perspetiva de Stephen Bond (2008), se aceitarmos que a “mudança no ambiente histórico é inevitável, seja causada por processos naturais, pelo uso, ou pela resposta das pessoas aos progressos de âmbito social, económico e tecnológico” (English Heritage, 2008), então, o principal desafio na conservação é essencialmente sobre gerir mudanças de um ativo enquanto o protegemos, e esperançosamente aumentamos, o seu significado. Para enfrentarmos este desafio, é de vital importância que os valores patrimoniais sejam claramente identificados e avaliados para a sua adequada gestão (Bond, 2008).

Esta dimensão de recurso que se aporta ao património, parece ser determinante na discussão sobre a gestão patrimonial. Fernandes (2018) refere que o património como recurso finito que é, em caso de não ser gerido da forma correta, pode ser utilizado até à exaustão dificultando ou mesmo impossibilitando a sua exploração futura. A autora refere que a forma como se gere o património deriva de vários fatores, primeiramente a propriedade, ou seja, se o bem em questão é de entidade privada ou pública. Outros fatores que podem influenciar a gestão dizem respeito às políticas que estão em vigor no país, aos aspetos culturais e sociais, à situação económica que se vive, e à própria natureza do património (Fernandes, 2018: 8).

Alaix (2018) entende ainda que talvez a característica mais relevante deste tema seja que as instituições e os profissionais tendem a preocupar-se mais com o património do que com as pessoas e que gerem e conservam esse património dentro das instituições patrimoniais, pois nas

instituições do património cultural tende-se a dar mais atenção à conservação do que à divulgação do património (Alaix, 2018: 162). Esta função de divulgação do património é tradicionalmente considerada como sendo algo desnecessário, esquecendo que uma gestão eficaz do património é o resultado do equilíbrio entre as funções dentro das instituições, nomeadamente, divulgação, conservação, documentação, aquisição e investigação.

Uma certa miscigenação entre o que é a gestão e uma simples administração dos bens patrimoniais é ainda apontada por Alaix (2018). Ainda existe uma crença de que o numerário que a administração do património custa é uma despesa e não um investimento, o que em última análise significa que é relativamente fácil obter subsídios para restaurar um monumento, mas muito difícil obter financiamento para manter o pessoal que o gere.

Uma falta de visão estratégica para o património resultou em pouco interesse em modernizar os instrumentos de gestão do património, tal como é mencionado em *Managing Cultural World Heritage*, e as inovações têm-se concentrado basicamente na substituição progressiva de tutelas públicas por concessões privadas. Essa escassa modernização dos instrumentos de gestão também impediu que surgisse uma maior especialização nas profissões relacionadas com a gestão do património (Alaix, 2018: 163), que apenas tem conhecido alguma relevância por meio de programas específicos de formação universitária (Alaix, 2018: 164).

A gestão do património cultural tem ainda lidado com as questões de desenvolvimento sustentável e coesão social que se arrogam aos bens patrimoniais, o que implica ainda mais desafios para a gestão patrimonial. A ilusão do desenvolvimento local baseado na ativação do património levou a modelos de gestão centrados no aumento do número de turistas culturais, no aumento da procura de sítios patrimoniais para aumentar o número de visitantes, instalando indicadores de eficácia e qualidade dos bens patrimoniais centrados exclusivamente nessa dinâmica (e *rankings*) de visitação (Alaix, 2018: 164).

2.2. Os modelos de gestão

Segundo Fernandes (2018) e tendo em consideração a literatura sobre a gestão do património cultural é possível verificar que são vários os modelos. Estes serão adotados pelas várias entidades responsáveis pelos bens patrimoniais, de acordo com as necessidades identificadas.

Os modelos de gestão do património são entendidos numa tripla vertente: “uma filosofia, como um processo e como um produto” (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 16).

Nem sempre a gestão do património envolve os agentes locais. Mesmo quando a comunidade está envolvida, o nível de participação na tomada de decisões e a capacidade das partes interessadas locais se envolverem e contribuírem tem as suas limitações.

Assim, há vários fatores que dificultam uma abordagem participativa. De facto, o próprio sistema de gestão manifesta um desequilíbrio de poderes entre os *stakeholders* ou também fatores de ordem política e socioeconómica num ambiente mais amplo. Quando se dão falhas neste tipo de abordagens participativas pode-se dar mais prejuízos que benefícios.

Como tal, para que uma abordagem participativa seja eficaz, depende da compreensão de quem participa nos processos de tomada de decisão, no planeamento, na implementação e avaliação, bem como, da contribuição de quem colabora com experiência, conhecimento e habilidades, tal como, de quem se beneficia económica, sociocultural e psicologicamente (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 18).

Esta primeira parte tem em consideração a forma como os sítios patrimoniais dependem ‘do que’ e ‘de quem’ os rodeia, sendo esta uma forma de dependência mútua. Assim, é possível afirmar que as comunidades locais geralmente dependem do seu património, tanto por motivos de identidade social como por sustento, podendo trazer benefícios para o património, para os valores culturais e, conseqüentemente, para a sua gestão (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 19).

Então, os resultados da gestão do património verificam-se na promoção da diversidade cultural, ao proteger o ambiente natural, inclusive de locais que se encontram dentro de propriedades e, portanto, são menos alcançáveis ao fornecer vitalidade aos locais de património e, conseqüentemente, as suas comunidades ao permitir continuidade do seu uso, podendo ou não, conciliar com a respetiva atividade económica dependendo do tipo de fim.

No que diz respeito a gestão, podemos entender a “gestão” como “processos”, ou, “utilização dos meios para atingir um fim”, significado agravado pela etimologia da palavra. Além disso, o termo “modelo de gestão” pode ser clarificado como “uma série de processos que fornecem um conjunto de resultados, alguns dos quais contribuem para que o sistema desenvolva uma espiral ascendente de melhoria contínua do sistema ou modelo, das ações e dos consecutivos resultados” (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 22).

Numa escala mais abrangente, é possível afirmar que, em todos os países, existe alguma forma de modelo de gestão do património cultural do país em causa. Considerando a diversidade dos mesmos, é possível notar que muitos se encontram inalterados durante séculos, enquanto outros têm evoluído bastante nos últimos tempos. Além disso, sabemos que existem mecanismos informais de tomada de decisão no que diz respeito a conservação do património

cultural que podem não corresponder à visão geral do setor de património de um dado sistema/modelo de gestão patrimonial de um outro país, mas que, na realidade, são sistemas idênticos.

De acordo com o *Managing Cultural World Heritage* (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013), os modelos de gestão do património podem vir a ter sucesso dependendo muito da capacidade de se aplicar uma abordagem baseada em valores, conferir abordagens que antecipem e rejam mudanças, bem como, do investimento na relação entre o património e a sociedade, avaliando constantemente “o quê” e “como” o património cultural deve ser conservado, “para quem” e “com quem”.

São conhecidas duas abordagens principais no que diz respeito as bases para o sistema de gestão necessária para a gestão do património, nomeadamente, a abordagem convencional e a abordagem orientada por valores (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 24).

A abordagem convencional de planeamento tem como bases definir e identificar através do seu significado implícito e proceder à documentação e avaliação das condições para execução de um planeamento a nível de intervenções de conservação. Assim, é possível afirmar que esta abordagem é aplicada em várias partes do mundo, tendo bastante aplicabilidade nos sítios classificados como Património Mundial pela UNESCO.

Por sua vez, a abordagem baseada em valores advém como uma resposta ao crescimento e complexidade do património cultural, como é o caso no Canadá e nos Estados Unidos da América. O conceito surgiu de uma abordagem sistemática para o desenvolvimento de planos de conservação e gestão baseados em valores atribuídos a todas as partes interessadas (não apenas pelos especialistas), bem como para o desenvolvimento de estratégias de planeamento no âmbito da gestão e conservação. Esta abordagem foi desenvolvida pelo *English Heritage* através do *Guidance on Conservation Plans* onde se destaca o significado de um local de património para a sociedade.

Sabe-se que, cada vez há mais países a optar por esta abordagem sendo que, o primeiro passo a ser estabelecido é um processo participativo que envolve todos os que tenham interesse nele. Após a definição da significância, esta serve de estrutura para o desenvolvimento de uma política e estratégia de conservação onde a condição da propriedade, regras e regulamentos e necessidades das comunidades são tidas em consideração (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 25).

A gestão de sítios repletos de história está em constante mudança e irá continuar a mudar em resposta às necessidades humanas e a outros fatores, às vezes até fatores catastróficos. Qualquer gestor de uma propriedade de um sítio considerado património deve reconhecer os

valores do local inclusive as consequências que podem surgir caso não seja aplicada uma boa gestão do espaço. Além disso, é importante realçar que a mudança é um fator necessário para permitir que o local ofereça e dê continuidade à sua função original. Assim, a mudança pode levar à manutenção de um sítio patrimonial em uso benéfico, que geralmente é a melhor forma de garantir a sua futura manutenção e conservação (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 28).

Portanto, a gestão de um local histórico pode ser considerada como “gestão de mudança”. Como tal, a gestão deve ter em consideração as opiniões dos interessados e de quem vive e trabalha na área, tal como tem sido enfatizado. A variedade de valores e interesses pode ser abrangente, podendo incluir a administração nacional, regional e local, uma diversidade de agências do Estado ou não governamentais, as comunidades locais, bem como aqueles que dão uso aos sítios patrimoniais em causa (UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN, 2013: 28).

2.3. O setor privado no património cultural

Relativamente à participação privada no património, há que distinguir entre o que é património de propriedade privada, ou seja, bens patrimoniais (classificados) pertencentes a indivíduos, famílias, empresas privadas, fundações e outras entidades como a igreja, que têm uma função não cultural residencial, serviços, religiosa ou outras (Henriques, 2003). Por outro lado, há ainda a considerar os bens patrimoniais públicos que são concessionados, para exploração, a empresas privadas. Ou seja, a propriedade permanece pública, mas a sua gestão entra na esfera das empresas privadas.

No caso da propriedade privada, o regime de propriedade não se sobrepõe às legislações nacionais especialmente no que toca o património classificado. A conservação e proteção do património, entre outros aspetos da gestão, ficam sob incumbência do proprietário, tendo este que seguir a legislação e políticas culturais existentes, podendo recorrer ao apoio de instituições da tutela para melhor gerir, conservar e proteger o património a seu encargo (Fernandes, 2018: 9). A conservação e manutenção destes bens revestem-se muitas vezes de uma dimensão financeira não alcançável por um proprietário privado, pelo que muitas vezes a sua exploração comercial (sobretudo turística), manifesta-se como uma interessante forma de financiamento (Fernandes, 2018: 10). Sendo a divulgação do património uma componente essencial da sua valorização, este modelo de gestão apenas tem como problema uma excessiva submissão aos interesses económicos.

Numa outra dimensão, a inclusão de agentes privados na gestão do património cultural contribui para uma promoção do desenvolvimento cultural e da recuperação do património. Inclusive, reforçar parcerias público-privadas e pode significar um aumento considerável das atividades comerciais em torno do sector cultural público que poderiam promover igualmente o desenvolvimento do património (Pereira, 2017: 6).

Esta situação, destaca algumas fragilidades enfatizadas por Oosterbeek (2007), nomeadamente, o facto da intervenção dos poderes públicos não ser capaz de acompanhar a escala territorial, impedindo a sua devida proteção, bem como o facto dos instrumentos do domínio legal (inventariação, classificação) não alcançarem todos os sítios (Oosterbeek, 2007). Além disso, o autor enuncia ainda que é necessário considerar novas dinâmicas que incluam as necessidades sociais, reconhecendo que o património e a economia estão interligados e, portanto, “a cultura é nesse sentido o produto das tensões da conjugação destes dois pontos” (Pereira, 2017: 5).

Portanto, estas tendências em articulação com gestão de bens possibilitam um crescimento dos atores privados em conjugação com os objetivos de natureza pública do Estado (Pereira, 2017: 6). Processos de privatização do património, tomando como referência o caso italiano, argumentam frequentemente que

“assim se poderia diminuir os orçamentos públicos, maximizar a eficiência de empresas privatizadas, reduzir os custos de produção, melhorar o desempenho na prestação de bens e serviços, impossibilitando a influência política em significantes atividades económicas e promovendo a difusão dos direitos de propriedade e empreendedorismo” (Ponzini, 2010 *apud* Fernandes, 2018: 11).

Todavia, como se pode reparar, nem todo o património pertence a entidades privadas. Muitos locais de património pertencem ao Estado, sobretudo edifícios antes associados à coroa e à igreja, ficando nesses casos a sua gestão normalmente entregue a um serviço central da administração direta do Estado, organismos de administração indireta do Estado como institutos públicos, alimentados pelo Orçamento de Estado (Fernandes, 2018: 10).

Desde há um longo período de tempo que o património cultural carece de apoio financeiro, pois o que se tem dado por parte dos municípios e regiões é insuficiente, o que provoca a degradação de vários bens (Fernandes, 2018: 10).

No caso do património de propriedade pública existe uma grande possibilidade de soluções de gestão, comumente efetuada por serviços de administração direta do Estado como é o caso da DGPC. Assim, as suas atribuições passam por fazer e manter atualizada a inventariação dos diversos bens culturais do país, desenvolver estudos e propor a classificação de bens imóveis

classificados do Estado, tal como autorizar intervenções de obras em edifícios e sítios classificados, em vias de classificação, ou nas suas zonas de proteção, quer sejam de iniciativa pública ou privada (Fernandes, 2018: 10 -11).

Apesar de ser pouco comum no passado, um modelo que se vê cada vez mais é a gestão ser realizada por empresas privadas, o que indica um sinal de políticas de neoliberalização, e que tem no caso italiano um exemplo paradigmático. Não obstante, Ponzini (2010: 511) refere que o processo de privatização foi algo gradual, “não envolveu simplesmente a mera substituição de um ator público por um privado”. O autor identifica as iniciativas de privatização de três formas, sendo a primeira a “alienação e securitização de propriedades históricas pertencentes ao Estado, através da publicação de leis e a criação de uma empresa cuja responsabilidade era contabilizar o património, avaliando-o tanto ao nível do valor cultural como também do seu valor monetário e fazer a sua gestão”; a segunda, “a criação de entidades de natureza público-privada para gerir e promover o património cultural e as artes (fundações privadas criadas pelo governo de modo a reduzir a contribuição pública, estas fundações eram constituídas por elementos do governo local, privados e instituições sem fins-lucrativos)”; enquanto a terceira envolvia “a introdução de atores privados na criação e implementação de políticas” (Fernandes, 2018: 11).

É ainda defendido que “a presença de múltiplos atores, cujos pontos de vista estão profundamente enraizados numa determinada região, tendem a redimensionar e contextualizar as transformações de gestão do património cultural e dos seus bens físicos”, passando a existir um “benefício mútuo com a entrega de património cultural para gestão a entidades privadas”, uma vez que “o desenvolvimento de projetos com parcerias público-privadas atrai investimentos” e, conseqüentemente, “resulta na regeneração e valorização urbana” (Fernandes, 2018: 11-12). A presença de privados na gestão do património cultural pode incluir mais valias não apenas ao nível da divulgação, promoção e fruição, mas também à conservação e preservação do património, tal como, “as relações de maior proximidade que os privados mantêm em regra com os edifícios confere-lhes condições facilitadas para o exercício de uma vigilância mais atenta do seu estado de conservação, além do envolvimento de empresas privadas na gestão do património ser feita por empresas públicas” (Fernandes, 2018: 12). A questão da profissionalização da gestão do património (e o seu contributo para modelos de desenvolvimento mais interessantes para os bens e suas comunidades) é também considerada como estando relacionada com a presença de atores privados (Alaix, 2018: 172).

Estratégia metodológica

A abordagem metodológica desta dissertação parte de dois momentos que representam uma estratégia metodológica qualitativa. Deste modo, esta investigação é realizada de acordo com o modelo metodológico proposto por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2005). Estes afirmam que “a construção de um conceito consiste (...) em definir as dimensões que o constituem e, em seguida, precisar os seus indicadores” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 151).

O primeiro momento foi constituído pela revisão bibliográfica, que no modelo de Quivy e Campenhoudt é a fase que permite definir os conceitos-chave da investigação, bem como criar uma relação e diálogo entre eles. Assim, uma vez que, para os autores, “(...) uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos” que, posteriormente, é “confrontada, (...), com dados de observação”, o objetivo da parte conceptual é apresentar um Estado de Arte que permita compreender a conjuntura teórica da temática de investigação para, de seguida, se obter uma grelha de observação que tenha em vista o património do concelho de Elvas. A revisão de literatura apoiou-se num conjunto de documentação internacional e portuguesa relativa à temática da gestão cultural e a gestão do património, incluindo uma revisão da legislação portuguesa relativa ao património cultural, que foca especificamente o âmbito das questões abordadas e ainda por monografias e artigos relacionados com os temas em análise. Procurou-se através da revisão da literatura, fazer uma análise dos conceitos de gestão do património cultural. Conceitos como gestão cultural, gestão do património cultural, modelos de gestão e gestão privada têm o principal destaque na primeira parte desta dissertação, uma vez que, vão ao encontro do objeto de estudo, a gestão privada do património cultural do concelho de Elvas. Tendo em consideração a análise destes conceitos, foi possível estudar os modelos de gestão do património cultural do concelho, bem como, compreender a relação dos setores público e privado nessa mesma gestão.

Após o enquadramento teórico, um segundo momento consistiu na aplicação de uma metodologia de caso de estudo, com observação direta dos bens patrimoniais classificados da cidade de Elvas, aplicando uma grelha de observação, “objeto de verificação empírica” (Quivy e Campenhoudt, 2005: 152). Após os conhecimentos anteriormente explorados sobre questões da gestão do património, bem como a análise documental efetuada, foi definida uma grelha de observação para recolher informações que foram complementadas com entrevistas realizadas a entidades responsáveis pelo património cultural de Elvas, cujo guião resulta da análise feita a partir da consulta documental (**Anexo A, B e C**).

O caso de estudo proposto nesta dissertação alude todos os sítios de património classificados pertencentes ao concelho de Elvas segundo um dado conjunto de parâmetros, indicados no ponto 1.1. desta dissertação. No âmbito da observação para a construção da grelha, importou focar nas seguintes questões “Observar o quê? Em quem? Como?” (Idem: 157). De acordo com estas questões, a ideia principal é apresentar uma grelha de observação que compreenda o universo em estudo e perceber os respetivos modelos e entidades de gestão, procurando a caracterização dos modelos de gestão do património classificado da cidade de Elvas.

Para esta análise, recorreu-se a dados recolhidos através de fontes secundárias referentes aos vários sítios classificados, nomeadamente o Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas e também o Plano de Salvaguarda das Fortificações de Elvas. Foram ainda convocadas outras fontes secundárias como o INE, o Pordata e a DGPC, para poder também perceber como se estruturam no território e poder dar início à caracterização dos mesmos através da observação direta. Assim, este conjunto de dados, permitiu caracterizar o universo da gestão privada na esfera do património cultural do concelho.

Dado que o foco desta investigação é sobretudo inventariar as estruturas de gestão privada do património cultural, sobre a qual pouco se conhece, foi essencial realizar uma análise documental para a recolha de dados. A metodologia utilizada recaiu ainda na execução de entrevistas semiestruturadas, tendo para tal, sido identificadas três entidades de gestão do património em Elvas:

1. Uma entidade do setor público – Câmara Municipal de Elvas;
2. Uma entidade do setor privado/religioso – Paróquia de Elvas;
3. Uma entidade do setor privado – Instituição Particular de Solidariedade Social

As entrevistas seguiram um guião previamente definido que abordava os seguintes temas: a participação dos agentes que estão em contacto com o património cultural; a eficácia na gestão do património cultural; a cedência da gestão privada a entidades de gestão do património cultural; os modelos de gestão integrada trabalhados em conjunto com os monumentos classificados no âmbito da classificação de património mundial. As duas entrevistas concretizadas foram realizadas de forma presencial tendo sido seguidas por um guião estruturado (**Anexo A**). A entrevista ao Dr. Rui Jesuíno, chefe da Divisão da Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Elvas, a representar a respetiva entidade do setor público, decorreu no dia 6 de outubro de 2022 (**Anexo B**). Por sua vez, a 15 de outubro de 2022 foi possível entrevistar o pároco de Elvas, Pe. Ricardo Lameira, entidade que representa o setor privado/religioso nesta dissertação (**Anexo C**). A terceira entrevista ao membro responsável

pela direção do Semi-Internato da Nossa Senhora da Encarnação, uma Instituição Particular de Solidariedade Social, entidade a representar o setor privado no respetivo estudo, esteve agendada, mas foi recusada afirmando que não saberiam responder às questões. Todas as entrevistas foram estruturadas de forma que os entrevistados pudessem elucidar as suas perspetivas de forma aberta.

O objetivo das entrevistas foi complementar a informação de base documental e, para cada uma das entidades, aferir os principais constrangimentos e oportunidades no sentido de perspetivar os caminhos para a gestão do património no âmbito da participação de agentes privados.

Com este conjunto de dados foi possível realizar uma caracterização deste tipo de ação privada no setor patrimonial de forma a conseguir detalhar o quadro do setor privado do património cultural no concelho de Elvas.

Caracterização e Gestão do Património imóvel classificado de Elvas

4.1 O Caso de Estudo: o Património Classificado de Elvas

Ao longo de séculos, a posição geográfica do território que corresponde ao atual concelho de Elvas, numa penetrante natural de Portugal, concedeu-lhe funções militares de grande relevância, pelo que o desenvolvimento de linhas de fortificação e outras construções de cariz militar constituíram uma preocupação permanente. Tal permitiu que Elvas se tornasse numa praça de guerra de primeira grandeza, sobretudo nos séculos XVII e XVIII, envolvida e habitada de fortificações.

Em 1640, depois da Restauração da Independência foi necessário que o país se preparasse para defender a liberdade. Inicia-se nos princípios do ano de 1642, a edificação do conjunto fortificado abaluartado que hoje rodeia Elvas. O desenho destas novas muralhas foi sobreposto às anteriores linhas de muralhas medievais. Atualmente, destas linhas medievais subsistem apenas dois ou três troços e muito poucas torres, de difícil identificação. No século XVIII, o novo modelo de fortificação abaluartado sofreu melhoramentos e ampliações.

As principais características sintetizam-se num polígono de muralhas bastante irregular, devido às condições do terreno, composto por sete baluartes, quatro meios baluartes e um redente ligados entre si por cortinas, constituindo doze frentes (Morgado, 1993: 19-25). Na vertente Norte está localizado o castelo medieval de Elvas, numa posição geográfica muito favorável, no topo de uma escarpa bastante íngreme, cujo acesso é feito por três portas: a de Olivença voltada a sul; a de São Vicente a nordeste e a da Esquina a oeste. Além destas, existem ainda poternas na maioria das cortinas que tinham como objetivo permitir surtidas a partir dos fossos, nas alturas de guerra.

É dentro deste espaço fortificado que se estruturam os principais bens classificados da cidade de Elvas, absorvidos pelas construções militares dos séculos XVII e XVIII. A malha urbana apresenta um marcado cunho militar com a construção de uma variedade de edifícios militares como o Quartel do Trem (para reparação do material de artilharia), 11 paióis dos quais se destacam o de Santa Bárbara e o de Nossa Senhora da Conceição, o Quartel do Assento (armazém de género, moagem e fabrico de pão), o Conselho de Guerra, o Hospital Militar de São João de Deus ou a Vedoria Geral para a administração económica do exército (Bucho, 2006).

Estes elementos arquitetónicos militares ainda se complementam à construção no exterior do perímetro de muralhas abaluartado dos três fortins e do Forte de Santa Luzia. (Gil e Cabrita, 1986). Do século XVIII foi também a Casa das Barcas, que serviu de presídio, tal como o imponente Forte da Graça até 1989. Este conjunto fortificado em Elvas “ocupa mais de 800.000 m², constituindo o conjunto abaluartado e todos edifícios de apoio à defesa da cidade uma autêntica “máquina de guerra”, com cerca de dez quilómetros de perímetro circular” (PSVFE, 2015: 61; Sena, 2007).

A partir de 1860 inicia-se o processo de desmilitarização da praça-forte de Elvas devido a altos custos da sua manutenção e melhoramento, junto com uma redução do valor defensivo das praças, apresentando-se assim como apenas estacionamento militar (Sena, 2006; Valadas, 1955). Elvas perde definitivamente a sua função militar em meados da primeira década do século XXI, incluindo a desafetação do domínio público militar pelo Ministério da Defesa de muitos edifícios militares, parte dos quais para fins de alienação ou reafetação (Morgado, 1992). Este encerramento das estruturas militares indicou também a desarticulação de outros meios de apoio acumulando-se um vasto passivo imobiliário patrimonial de grande interesse público e com elevado valor histórico, social, económico, ambiental e urbanístico.

4.2. Património Mundial

Tendo em conta a classificação de Elvas a Património Mundial da UNESCO, é de realçar que uma nova oportunidade de excelência surgiu para afirmar e valorizar todo o processo de recuperação do património elvense. Foi no ano de 2004 que a autarquia apresentou a candidatura à Lista Indicativa Nacional do Património Mundial e foi integrada nesse mesmo ano.

Após vários anos de investigação científica, a apresentação pública do trabalho técnico foi feita a 23 de maio de 2009, em Elvas, tendo sido entregue pela Câmara Municipal de Elvas o dossiê de candidatura à Comissão Nacional da UNESCO a 18 de janeiro de 2010, e tendo sido aceite pelo Comité de Património Mundial da UNESCO a 1 de março de 2011, e com avaliação do ICOMOS, em setembro de 2011.

Por fim, a 30 de junho de 2012, a candidatura de Elvas a Património Mundial foi aprovada pelo Comité do Património Mundial da UNESCO, por unanimidade. A UNESCO considerou o valor universal deste conjunto patrimonial, numa área total de 179 hectares e com uma área de proteção de 690 hectares, denominando-a de “Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações”, protegendo assim todo o espaço à volta das fortificações. A classificação

abrange a maior fortificação abaluartada terrestre do mundo, contemplando sete componentes que refletem a evolução do sistema de fortificação abaluartada terrestre:

- Centro Histórico (integra as duas cinturas de Muralhas Árabes, a cintura de Muralhas Fernandina e a Cintura de Muralhas Seiscentistas) (Figura)

- Aqueduto da Amoreira;
- Forte de Santa Luzia;
- Forte da Graça;
- Fortins de São Mamede;
- Fortim de São Pedro;
- Fortim de São Domingos.



A - Vista aérea do centro histórico de Elvas.
Fonte: Elvas News, 2020



B - Aqueduto da Amoreira. Fonte: nultura, 2016



C - Forte de Santa Luzia. Fonte: CME, 2020



D - Forte da Graça Fonte: Portal alentejano, 2020



E – Fortim de São Domingos. Fonte: CME, 2020



F – Fortim de São Mamede. Fonte: CME, 2020



G – Fortim de São Pedro. Fonte: CME, 2020

Figura 5 - Elvas, Património Mundial.

O critério da sua classificação remete para o facto de Elvas ser um excelente exemplo de uma cidade quartel e o seu sistema terrestre de fortificações surgiu em resposta às perturbações no equilíbrio de poder no século XVI na Europa. Assim, a cidade pode ser vista como representante das aspirações universais de nações europeias nos séculos XVI e XVII para a autonomia e terra.

Antes das obras de requalificação de vários dos monumentos situados em Elvas, os mesmos estiveram sujeitos à propagação da vegetação, e os que se encontravam desocupados mantiveram-se fechados durante muito tempo, tendo permanecido vulnerável a integridade visual das propriedades. Desta forma, a classificação permitiu que se recuperassem os espaços possibilitando a sua proteção através de uma zona tampão ligeiramente alargada, com controlos adequados. Assim, todos os elementos necessários para expressar o Valor Universal Excecional da propriedade estão incluídos dentro do limite de proteção.

Por outro lado, a grande coleção de planos e desenhos originais, relatórios militares, fotografias e descrições revelam a autenticidade de todo o local. No geral, a forma e os materiais das fortificações ainda estão em estado praticamente igual, a quando estavam obsoletos no

século XIX. No caso dos edifícios militares e religiosos, grande parte mantiveram a sua função ou outro uso apropriado até ao dia de hoje. A autenticidade da configuração tem mais impacto pelos grandes mastros de comunicação e promove um novo desenvolvimento das mesmas.

Relativamente à proteção e gestão de propriedades, foi declarado como Monumento Nacional em 2012. A zona de proteção foi declarada Área Especial de Proteção de acordo com o Plano Diretor Municipal, no final de 2012. Esta área, incluindo a propriedade é gerida pela Câmara Municipal de Elvas em parceria com o Ministério da Cultura, através da DGPC.

Houve a necessidade de ampliar um pouco a zona tampão para proteger as zonas de visão entre o Fortim de São Domingos e o Forte da Graça. No ano de 2015, o Plano de Gestão Integrada para as Fortificações de Elvas teve como objetivo unir todas as partes interessadas para garantir a integridade da propriedade e aumentar o seu potencial de uso. Destinou-se igualmente a controlar a área de zona tampão, bem como a área da propriedade, com foco na cooperação institucional, envolvimento dos agentes privados, iniciativas educacionais, científicas e culturais e divulgação de informação. O Plano de Gestão implementado pelo Gabinete das Fortificações de Elvas na cidade de Elvas é nomeado pelo Presidente da Câmara. A fim de apoiar o Plano desenvolveu-se um inventário completo das características e estruturas, como base para a sua gestão e monitorização³.

4.2.1. Construções militares

O património classificado de tipologia militar presente no interior do bem classificado como património mundial, integra um total de seis bens de arquitetura militar, que se apresentam de seguida.

Ao longo do percurso amuralhado, surgem os fortins de Elvas, nomeadamente, o **Fortim de São Pedro**⁴, **Fortim de São Mamede**⁵ e **Fortim de São Domingos**⁶, de construção luso-britânica, pois foi com a chegada de Wellington a general dos exércitos aliados anglo-luso-espanhóis na Península Ibérica que, a partir de 1811, se começaram a edificar estas pequenas fortificações que protegem a cidade. Construídos no âmbito das Guerras Peninsulares, ocupam

³ Elvas. Duas Décadas de Poder Local (CME, 2013).

⁴ Mandado construir no séc. XVII pelo general Marquês de Alorna para defender um outeiro a sul da cidade, situando-se a cerca de 500 m da porta de Olivença e nas proximidades do atual Colégio Luso-Britânico.

⁵ Construído também no século XVII, no local da antiga ermida de São Mamede.

⁶ Construído junto ao Aqueduto da Amoreira, defendendo-o, a pouca distância do baluarte da Conceição, assim como defendia a zona oeste da cidade. Do outro lado observa-se o Convento de São Francisco com o cemitério. Este fortim tinha uma forma pentagonal irregular e neles podiam montar-se dez bocas de fogo.

o topo de um outeiro que se tomado pelo inimigo, ameaçava o Forte de Santa Luzia e a cidade, ou então permitiam a utilização do Aqueduto da Amoreira como obstáculo para progressão no terreno. O objetivo da sua construção foi corrigir uma falha do campo entrincheirado que já vinha desde a batalha das Linhas de Elvas. Nessa altura, a falta de obras de fortificação nestes outeiros possibilitou a construção das linhas de cerco com um perímetro muito mais restrito. Estas construções permitiram aliviar a pressão sobre a cidade e o campo entrincheirado de Elvas passou a estar extraordinariamente reforçado para situações militares, sendo defendido a Norte pelo Forte da Graça e a Sul pelo conjunto do Forte de Santa Luzia e dos fortins, ficando o perímetro fortificado com cerca de dez quilómetros. Todos os fortins estavam rodeados de fossos com pelo menos seis metros (CME, 2022; Morgado, 1992).

Em 1658, no cimo do monte da Graça e no âmbito da Guerra da Restauração, no local da antiga ermida de Santa Maria da Graça, os espanhóis haviam construído um reduto para atacar a cidade de Elvas. Situado neste local encontra-se o exemplo ilustre da arquitetura militar do século XVIII considerado muitas vezes uma das mais poderosas fortalezas abaluartadas do mundo, nomeadamente, o **Forte da Graça** ou de Lippe.

A construção desta edificação que se encontra a 368 metros de altitude deu-se no ano de 1763, com o Conde de Schaumbourg-Lippe, encarregado pelo rei D. José de reorganizar o exército português.

Em termos arquitetónicos, este espaço é formado por três corpos: as obras exteriores, o corpo principal e o reduto central. O corpo central dispõe de quatro baluartes tendo a meio da cortina sul a porta principal; contém ainda uma igreja, em forma de cruz grega, com portas de acesso ao fosso em cada braço, em cujo segundo piso, um corredor circular contorna a cúpula da capela-mor e sobre cada braço da igreja há uma dependência abobadada de forma retangular concluída por uma canhoneira elíptica. No centro deste corpo central está ainda a Casa do Governador.

Classificado como Monumento Nacional em 16 de Junho de 1910⁷, foi inaugurado a 27 de novembro de 2015, depois de profundas obras de intervenção, nas quais se recuperou a Casa do Governador, se retomou as suas cores e materiais originais e ainda foram recuperadas a cisterna, a prisão, as galerias de tiro e a capela, onde foram descobertos frescos do século XIX, também eles alvos de intervenção (CME, 2022). O espaço encontra-se aberto todo o ano, sendo que de maio a setembro, de terça-feira a domingo, abre das 10h00 às 18h00 e, de outubro a

⁷ Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910. ZEP, Aviso n.º 1517/2013, DR, 2.ª série, n.º 242 de 13 dezembro 2013.

abril, de terça-feira a domingo, das 10h00 às 17h00. Encerra todas as segundas-feiras e encerra ao público meia hora antes do fecho. O Forte da Graça tem na sua estrutura quatro técnicos superiores e dois assistentes operacionais.

A construção do **Forte de Santa Luzia** foi determinada logo após a Restauração, visto que as autoridades militares consideraram que poderia ser perigosa a ocupação do outeiro de Santa Luzia encostado à porta de Olivença. A fortificação estaria concluída em 1648 garantindo um valor estratégico extremo para a cidade. Ademais, outros pequenos outeiros também foram fortificados e, no século XIX, passaram a ser fortins (Morgado, 1992).

O forte apresenta quatro baluartes com um reduto quadrangular ao centro onde se encontram a Casa do Governador, a igreja e uma casa abobadada à prova de bomba. Possui também várias casernas e duas cisternas que abasteceriam trezentos a quatrocentos homens durante dois a três meses.

O Forte de Santa Luzia foi palco de vários conflitos, desde o cerco do marquês de Torrecusa, em 1644, até ao século XIX. Na Batalha das Linhas de Elvas, em 1659, e no cerco que a antecedeu, o Forte de Santa Luzia teve uma posição fulcral devido à resistência heroica dos seus homens.

No ano 2000 aqui se instalou o Museu Militar (CME, 2022). Este espaço encontra-se aberto todo o ano, sendo que de maio a setembro, de terça-feira a domingo, abre das 10h00 às 18h00 e de outubro a abril, de terça-feira a domingo, das 10h00 às 17h00. Encerra todas as segundas-feiras durante todo o dia. O Forte de Santa Luzia dispõe de 1 técnico superior e 5 assistentes operacionais.

Situado no ponto mais elevado do centro histórico da cidade, o **Castelo de Elvas** é uma obra de fortificação islâmica, reconstruída nos séculos XIII e XIV, tomando só no século XVI o aspeto atual. Inicialmente existia apenas uma fortificação simples com um pequeno perímetro amuralhado que protegia as habitações e os currais para o gado. Pequena fortaleza durante a ocupação romana, foi melhorada no período islâmico, com a construção de duas linhas de muralhas devido ao crescimento do aglomerado. O Castelo de Elvas foi palco de alguns dos acontecimentos mais importantes do país, como tratados de paz, trocas de princesas e casamentos reais. Com o passar dos séculos, o castelo perdeu importância defensiva, ficando sem funções militares a partir da segunda metade do século XIX, altura em que entrou num processo de abandono, chegando ao século XX em ruína. Em 1906, o Castelo de Elvas foi

classificado como Monumento Nacional⁸, o primeiro monumento a ser assim classificado em território português, tendo contribuído para esta classificação e para o seu restauro vários membros da comunidade de Elvas. Está aberto ao público de terça-feira a sábado, das 09h30 às 13h00 e das 14h00 às 17h30, sendo gerido pela DRCA e CME. A nível de recursos humanos, este espaço conta com dois assistentes técnicos (CME, 2022; Morgado, 1992).

4.2.2. Edifícios Religiosos

Na cidade de Elvas, os edifícios religiosos são da responsabilidade das várias paróquias que os tutelam. O regime de abertura é garantido por estas através de um subsídio anual que permite remunerar os recursos humanos responsáveis pela sua abertura ao público, enquanto espaço cultural⁹.

A **Igreja das Domínicas** ergueu-se entre 1543 e 1557 no local onde existia a antiga Igreja de Santa Maria Madalena, da Ordem Templária. Possível facto pela qual apresenta uma planta centralizada e octogonal. Esta igreja fez parte do antigo Convento das Freiras Dominicanas, com ano de fundação em 1528 e extinto em 1870, após a morte da última freira, tendo sido demolido no início do século XX, por se encontrar em estado de ruína.

A Igreja das Domínicas tem uma rara planta octogonal centralizada e uma decoração distinta assinalada pela pintura, a azulejaria e a talha dourada. No exterior é de realçar o seu portal renascentista com a cruz da Ordem do Templo com dois medalhões com bustos masculinos aos cantos. As capelas laterais são preenchidas de talha dourada do século XVII. Do lado esquerdo existe uma capela dedicada à Virgem e do lado direito uma capela dedicada a São Tomás de Aquino. A capela-mor é original do século XVI, erigida em 1552. O púlpito encontra-se assente num pilar de mármore, junto a uma das colunas e com uma grade em ferro forjado, obra portuguesa do século XVII.

A sua abertura difere consoante o horário de inverno ou verão sendo que no verão se encontra aberta das 10.00h - 13.00h / 15.00h - 18.00h, enquanto no inverno está aberta das 9.30h - 12.30h / 14.00h - 17.00h (CME, 2022).

A **Igreja de São Pedro** foi construída em 1230, logo após a tomada de Elvas por D. Sancho II. De estilo gótico, foi erigida sobre parte da segunda linha de muralha islâmica da qual aproveitou uma torre para nela implantar a sua sineira. Do século XV ao século XVIII, passou

⁸ Decreto de 27-09-1906, DG, 1.ª série, n.º 228 de 09 outubro 1906. Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910. Decreto n.º 28 536, DG, 1.ª série, n.º 66 de 22 março 1938 (Muralhas de Elvas). Decreto n.º 30 762, DG, 1.ª série, n.º 225 de 26 setembro 1940 (Muralhas e obras anexas). Decreto n.º 37 077, DG, 1.ª série, n.º 228 de 29 setembro 1948 (Muralhas de Elvas)

⁹ Informação disponibilizada pelo Dr. Rui Jesuíno através de entrevista realizada.

por várias reestruturações, de forma que, atualmente, só se reconhece o portal romano-gótico em granito que faz dela um dos raros exemplos desta arquitetura no sul do país.

O interior da igreja é de três naves. A capela-mor contém uma cobertura em cúpula decorada com figuras renascentistas. Nas laterais erguem-se diversas capelas barrocas do século XVIII. O seu interior recheado de arte sacra é de grande interesse, com o retábulo-mor em alvenaria e uma cúpula decorada com figuras clássicas. (CME, 2022)

O regime de abertura deste espaço dá-se em comemorações específicas ou a pedido.

A **Capela da antiga Igreja do Salvador** encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público¹⁰. Caracterizada por ser uma pequena sala, aberta por dois portais de arco quebrado, edifica-se no local onde existiu a antiga Igreja do Salvador de Elvas à entrada da Rua de São Pedro. Será o único vestígio que resta da referida igreja, de fundação trecentista e integraria talvez uma das capelas laterais do referido templo, que em finais do século XVIII estava arruinado e era utilizado como cemitério, acabando por ser demolido no século a seguir. A suposta capela dá testemunho deste facto, tendo servido de ossário.

A construção da **Sé de Elvas ou da Igreja de Nossa Senhora da Assunção** foi iniciada em 1517, segundo o traço do arquiteto Francisco de Arruda que trabalhava ao mesmo tempo no Aqueduto da Amoreira. Em 1570 com a fundação do bispado de Elvas pelo Papa Pio V, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção transformou-se na Sé de Elvas, título que viria a perder em 1881.

Em termos arquitetónicos, a Sé de Elvas é um templo originalmente manuelino, todavia perdeu este traço durante os séculos após alterações realizadas nela. No exterior, é de salientar o seu portal neoclássico e os portais laterais manuelinos, enquanto no interior assiste-se a uma decoração feita com motivos fito, zoo e antropomórficos, próximos do imaginário medieval. À volta de todo o corpo da igreja corre um silhar de azulejo policromo de laçaria e rosas. A capela-mor, em mármore de várias cores, é de estilo barroco. Destaca-se ainda o órgão situado no coralto (CME, 2022). A sua abertura varia consoante o horário de inverno ou verão sendo que no verão se encontra aberta das 10.00h - 13.00h / 15.00h - 18.00h, enquanto no inverno está aberta 9.30h - 12.30h / 14.00h - 17.00h (CME, 2022).

O **Convento de São Domingos de Elvas** foi fundado em 1267 e construído no local da antiga Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, por sua vez ereta em 1230 em memória daqueles que faleceram na tentativa de conquista de Elvas aos mouros em 1227. Neste local encontramos a maior igreja de Elvas, atual Igreja de São Domingos, e o convento é o mais antigo da cidade,

¹⁰ Decreto n.º 67/97, DR, 1.ª série-B, n.º 301 de 31 dezembro 1997.

tendo servido de albergaria e hospício. Este é um grande exemplo de arquitetura gótica mendicante do sul do país.

A igreja foi alterada nos séculos XVI, XVII e XVIII, nomeadamente na fachada transformada agora ao estilo barroco, conservando-se o corpo da igreja tipicamente gótico. Na fachada encontram-se três portais, sendo o central encimado pelas armas dominicanas com a coroa real ladeados por anjos, sendo que no corpo central é visível uma imagem de São Domingos feita em mármore. No seu interior, observa-se um espaço amplo de três naves separadas por colunas a que foram acrescentadas bases de mármore no século XVIII. Os altares laterais são igualmente de mármore. O órgão encontra-se do lado esquerdo, numa zona cimeira. À direita encontramos uma sala-museu com peças de arte sacra e a partir do transepto, surge a antiga Casa do Capítulo com mobiliário do século XVIII e pinturas representando os santos da Ordem de São Domingos. A cabeceira da igreja é a original do século XIII, gótica, e formada pela abside e quatro absidiolos todos no mesmo estilo. Além disso, é a partir do absidiolo mais à esquerda que se acede à antessacristia, à sacristia e ao jardim onde se observam diversas gárgulas góticas. Tem nela vários azulejos que contam cenas da vida de São Domingos, atribuídos a Valentim de Almeida e datados do segundo quartel do século XVIII. Quanto ao Convento de São Domingos, este está atualmente no interior das instalações do Museu Militar de Elvas, ao qual se acede na traseira da Igreja, sendo de grande destaque o seu claustro medieval. Relativamente ao horário de abertura, no verão encontra-se aberta das 10.00h - 13.00h / 15.00h - 18.00h, enquanto no inverno está aberta 9.30h - 12.30h / 14.00h - 17.00h (CME, 2022).

Ainda no século XIII, concretamente, em 1282, foi edificada ao estilo românico-gótico a denominada **Igreja de Santiago**, onde se situa a atual **Igreja do Salvador** uma das primeiras igrejas a ser construída na Elvas cristã provavelmente de iniciativa dos cavaleiros da Ordem da Espada. No entanto, por se encontrar em estado de ruína foi demolida no século XIX, sendo que restam apenas alguns vestígios como dois arcos ogivais, um contraforte e algumas paredes no exterior, e cachorros identificados nas traseiras, enquanto no seu interior observamos um teto de ogivas. Junto a esta estrutura, observamos um outro que, aparentemente, parece a antiga albergaria da igreja. Este está decorado com um esgrafito com a data de 1699 (CME, 2022).

No mesmo local, em 1692, foi edificado o Colégio Jesuíta de Elvas tendo este sido inaugurado em 1692. No final do século XIX o edifício passou a ser ocupado pelo Museu Municipal e pela Biblioteca Municipal. Antes, também acolheu a Escola Primária Superior Dr. Santa Clara, a Escola Primária António Thomaz Pires, o Colégio Elvense, a Escola Industrial e Comercial e, por fim, o liceu da cidade (CME, 2022). Este é um espaço com regime de abertura

ao público permanente, sendo que no verão se encontra aberta das 10.00h - 13.00h / 15.00h - 18.00h, enquanto no inverno está aberta 9.30h - 12.30h / 14.00h - 17.00h.

O início da construção da **Igreja da Ordem Terceira de São Francisco**, conhecida por Igreja dos Terceiros, remonta ao ano de 1701, na zona onde na Idade Média existiam as alcaçarias de Elvas. A mesma é caracterizada pela sua riqueza decorativa, característica do estilo barroco do século XVIII, que conta com ciclos da vida de São Francisco de Assis. Após o terramoto de 1755 o templo sofreu novas obras e ficou pronto em 1762¹¹.

A planta é longitudinal com uma nave única, um coro alto e quatro capelas laterais. Acede-se à capela-mor através de um arco triunfal de volta perfeita. Na parte exterior subsiste um portal com uma moldura de mármore com a data de 1761, em cima um janelão e duas aletas com as armas da Ordem de São Francisco. No seu interior apresenta-se a capela-mor profunda e toda forrada a ouro. O retábulo-mor tem quatro colunas suportadas por atlantes. Do lado esquerdo vê-se a imagem de São Domingos e no lado direito está São Francisco de Assis. Nas laterais, distingue-se igualmente as imagens de Cristo com a Cruz, ao centro, e de Santo António e de São Luís. Por sua vez, no sacrário está representado o Espírito Santo e na cobertura vêm-se molduras com bustos de figuras religiosas. Trata-se de um conjunto barroco de destaque, com alguns elementos rococó sobretudo no retábulo-mor e no revestimento, integral, da capela-mor incluindo a abóboda e o arco triunfal. Destaque ainda para a talha dourada que reveste as capelas laterais.

A igreja está aberta em horário de inverno ou verão sendo que no verão se encontra aberta das 10.00h - 13.00h / 15.00h - 18.00h, enquanto no inverno está aberta 9.30h - 12.30h / 14.00h - 17.00h (CME, 2022).

Desde o século XIII que está documentada a vinculação dos habitantes de Elvas ao culto religioso, com a existência de várias igrejas e conventos que saciavam a fé da população que se encontrava em crescimento. Os cinco **Passos da Via Sacra** complementam esta religiosidade passada da comunidade. A admirada procissão do Senhor Jesus dos Passos já se realizava em 1613, como comprova uma provisão do bispo D. Rui Pires de Veiga que proibia as pessoas de jantarem no lugar da Sé, no domingo de Passos, nas quintas e sextas-feiras santas (Morgado, 1990). Para dar lugar à realização desta procissão e da via-sacra foram construídas em Elvas, por iniciativa do bispo D. João de Sousa Castello Branco, em 1724, as primeiras capelas dos Passos cuja localização era a seguinte: “a primeira situava-se entre o Hospital da Misericórdia

¹¹ Informação disponível em <https://setemaravilhaselvas.blogspot.com/2012/01/igreja-da-ordem-terceira-de-sao.html>)

e a respetiva botica; a segunda na rua da Carreira, a terceira na Rua de Alcamim; a quarta na Rua da Feira e a quinta na Rua do Forno” (Morgado, 1990: 11).

A Confraria das Divinas Chagas, fundada em 1507, era a entidade responsável pelos passos. No ano 1608 recebeu estatutos feitos pelo bispo de Elvas, D. António de Matos Noronha, sendo constituída por um juiz, um escrivão, nove vogais e ainda quarenta confrades. As receitas da confraria eram utilizadas para todas as despesas inerentes à Procissão dos Passos e à ermida do Calvário, local onde terminava a procissão dos Passos. A irmandade das Chagas veio a ter capela própria na Sé, mandada erguer no ano de 1715, facilmente identificável ainda hoje por conter a imagem do Senhor Jesus dos Passos e que durante muitos anos era o ponto inicial da procissão, representando o Pretório. A última vez que a procissão se iniciou aqui foi no ano de 1708. Em 1733, a procissão passou a sair da Igreja do Colégio, instituída como o novo Pretório e terminava donde antes saía, na Sé.

Foi então a partir de 1737 que a ermida do Calvário passou a ter o orago de Nossa Senhora da Nazaré, pelo qual ainda hoje é conhecida, sendo da propriedade da irmandade das Chagas que passou a Confraria do Senhor Jesus dos Passos. Esta confraria viria a assistir à demolição, por ordens militares, na altura das invasões francesas, mas que obtiveram autorização para reedificar o edifício com era antes. No entanto, a obra mais significativa que a irmandade das Chagas deixou para os vindouros foram as cinco capelas dos Passos espalhadas pela cidade. A primeira capela a ser construída foi o **Passo da Rua de Alcamim**, tendo sido responsável pela cantaria o pedreiro Manuel Antunes. Concluiu-se em 1725. Em 21 de julho de 1726 deu-se início à construção do **Passo do Largo da Misericórdia** que se concluiu nesse mesmo ano. A 15 de junho de 1727 foi ajustada a obra do **Passo da Rua da Cadeia** por João Cordeiro. Teve a data da sua conclusão no ano de 1728. Porém este Passo foi transferido em 1961 para o Largo de São João de Deus. O **Passo da Rua de Olivença** viu-se concluído no ano de 1730. Por fim, em 1734 ficou concluído o último Passo, o **Passo da Rua Dr. André Gonçalves**, em frente ao antigo Paço Episcopal, atual edifício da Polícia de Segurança Pública.

Nas décadas de 1740 e 1750 todas estas capelas foram forradas de azulejos e receberam pinturas a óleo com os símbolos que as caracterizam. A execução dos azulejos foi entregue a Thomaz de Barros e as pinturas a óleo ao pintor António de Sequeira. As capelas foram fechadas com portas de madeira que o tempo destruiu, vindo a ser substituídas, a partir de 1861, por outras mais grossas. Mais recentemente, foram retiradas, substituindo-se por gradeamentos de ferro. Durante a Semana Santa mantém-se a tradição de ornamentar os Passos com flores, iluminando-os durante a noite. É de realçar que até meados do século XIX as respetivas portas eram encerradas assim que anoitecia.

4.2.3. Edifícios Cívicos

Em Elvas, encontram-se ainda três edifícios cívicos classificados que são caracterizados neste ponto. Situado no Alto dos Murtais, ergue-se o **Padrão de Elvas**, Monumento Nacional¹², representante da comemoração da vitória portuguesa na Batalha das Linhas de Elvas de 14 de janeiro de 1659. É um padrão em mármore branco de Estremoz com uma coluna de ordem toscana com cerca de cinco metros de altura cujo capitel é encimado pela coroa real (CME, 2022).

Por sua vez, segue-se o exemplar sinal de autoridade e exposição, o **Pelourinho de Elvas** foi construído no século XVI, tendo sido erguido em mármore de estilo manuelino na antiga Praça nova, atual Praça da República, onde se manteve até 2 de outubro de 1872, dia em que foi suprimido e destruído. No ano de 1940 é apresentado por Vitalino de Albuquerque um projeto de reconstrução do pelourinho feito a partir de uma gravura. Foram reaproveitadas as partes originais, guardadas no Museu Municipal e substituídas as desaparecidas. Atualmente, pode-se observar o pelourinho reconstruído no Largo de Santa Clara (CME, 2022).

Elvas encontra-se localizada no topo de uma colina. Tal morfologia originou, no passado, a solução para a escassez de água para a população que vivia na cidade, cujo abastecimento era muitas vezes feito através de fontes das redondezas. Até ao século XVII, o único ponto de abastecimento de água dentro da cidade foi o chamado Poço d'Alcalá, para o qual se defende uma origem árabe. Perante a degradação do poço e a impossibilidade de se prover eficazmente às necessidades de consumo da população, a ideia de construir um aqueduto que trouxesse a Elvas a água das redondezas afirmou-se como a única melhor solução. Foi no início do século XVI que começaram os trabalhos de construção do **Aqueduto da Amoreira**, obra monumental com as primeiras obras em 1529, nomeadamente as primeiras pesquisas da fonte de água da Amoreira e os primeiros encanamentos (Morgado, 1992: 8). De acordo com Morgado (1992), até 1537 as obras pouco progrediram. Porém, a partir desse ano, com a chegada do arquiteto Francisco de Arruda sentiu-se uma progressão nas obras de construção do monumento do Aqueduto da Amoreira, tendo sido construídos os primeiros seis km de aqueduto até 1542, chegando os arcos até às proximidades do Convento de São Francisco. Se a maior extensão do aqueduto tinha sido conseguida faltava realizar a parte mais difícil, aquela em que os arcos iriam atingir maior altura. Apesar de uma longa interrupção na construção do mesmo ao longo

¹² Monumento Nacional pelo Decreto de 16-06-1910, *DG*, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910; Decreto n.º 3/2013, *DR*, 1.ª série, n.º 85 de 03 maio 2013.

das duas décadas seguintes, foi D. Sebastião que em 1571 decidiu levar por diante a conclusão da obra. Com os acontecimentos que se seguiram à morte do Cardeal Rei em 1580 e com a subida ao trono de Filipe I, determinou-se uma nova interrupção da obra até 1598. Segundo Vitorino de Almada, em 1620 já corria a primeira água do aqueduto dentro dos muros da cidade. Só em 1622, terminada a construção da fonte da misericórdia, se deu por cumprido o sonho de tantas gerações de dar de beber a água da Amoreira ao povo elvense que tanto se esforçou para alcançar o monumento que hoje temos como conhecido Aqueduto da Amoreira, tendo sido inaugurado a 23 de junho de 1622 (Morgado, 1992). Esta é uma obra gigantesca que se desenvolve desde a nascente principal em galerias subterrâneas, percorrendo 1.367 metros, ao nível do terreno e em arcadas por mais de cinco quilómetros e meio que chegam a superar os 30 metros de altura. Este monumento possibilitou uma verdadeira era de progresso na cidade depois da sua construção, uma vez que conseguiu sempre abastecer uma multiplicidade de fontes intramuros.

O Aqueduto da Amoreira está classificado como Monumento Nacional desde 1910¹³, e está integrado no conjunto “Cidade Fronteiriça e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações”, classificado pela UNESCO como Património Mundial desde 2012 (CME, 2022; Morgado, 1992).

4.3. A gestão dos bens patrimoniais classificados de Elvas

Como referido, há uma perceção generalizada de que não há sítios geridos por privados na esfera do património cultural, em particular, no concelho de Elvas. Além disso, assiste-se a uma resistência especialmente por parte das entidades governamentais (a vários níveis) no enquadramento de agentes privados na gestão do património cultural, tidos como angariadores apenas de benefícios financeiros.

¹³ Decreto de 16-06-1910, *DG*, 1.^a série, n.º 136 de 23 junho 1910. Tem uma ZEP definida pela Portaria de 05 de setembro de 1956.

Imóvel Classificado	Entidade Proprietária (pública/privada)	Entidade de afetação	Entidade de Gestão
Aqueduto da Amoreira	Município de Elvas (pública)	Sem afetação	Câmara Municipal de Elvas
Padrão	Estado (pública)	Sem afetação	DRCA
Fortim de São Pedro	Estado (pública)	Município	Câmara Municipal de Elvas
Fortim de São Mamede	Estado (pública)	Município	Câmara Municipal de Elvas
Fortim de São Domingos	Estado (pública)	Município	Câmara Municipal de Elvas
Forte da Graça	Estado (pública)	Município	Câmara Municipal de Elvas
Forte de Santa Luzia	Município de Elvas (pública)	Sem afetação	Câmara Municipal de Elvas
Castelo de Elvas	Município de Elvas (pública)	Sem afetação	Câmara Municipal de Elvas
Igreja das Dominicás	Arquidiocese de Évora (privada)	Paróquia de Santa Maria de Alcáçova	Câmara Municipal de Elvas
Igreja de São Pedro	Estado (pública)	DRCA	DRCA
Igreja de Nossa Senhora da Assunção	Estado (pública)	DRCA	DRCA
Igreja de São Domingos	Arquidiocese de Évora (privada)	Paróquia do Salvador	Fraternidade Leiga de São Domingos
Pelourinho de Elvas	Município de Elvas (pública)	Sem afetação	Câmara Municipal de Elvas
Igreja do Salvador	Arquidiocese de Évora (privada)	Paróquia do Salvador	Paróquia do Salvador
Passos da Via Sacra	Arquidiocese de Évora (privada)	Paróquia de Nossa Senhora da Assunção	Paróquia de Nossa Senhora da Assunção
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco	Ordem Terceira de São Francisco (privada)	Fraternidade Leiga de São Francisco de Elvas	Fraternidade Leiga de São Francisco
Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas	Pessoa Particular Arq. Samanta Sequeira (privada)	Sem afetação	Arquieta Samanta Sequeira

Tabela 3. Imóveis Classificados e as respetivas Entidade Proprietária, Entidade de Afetação e Entidade de Gestão.

De acordo com estes princípios e tendo em consideração a caracterização dos elementos patrimoniais classificados como Património Mundial do caso de estudo de Elvas que abrange construções militares, edifícios religiosos e os edifícios civis e, considerando igualmente a entrevista ao Dr. Rui Jesuíno, representante da Câmara Municipal de Elvas, e a entrevista ao Sr. Pároco Ricardo Lameira, responsável pela Paróquia de Elvas, é possível analisar os resultados explanados neste subcapítulo.

Na entrevista ao Dr. Rui Jesuíno é de notar que “o município gere maior parte do património classificado”, considerando ainda que “os municípios são fundamentais na gestão do património, especialmente no que toca a sua reabilitação”¹⁴, ressaltando sobretudo a ação dos municípios nas candidaturas aos apoios financeiros destinados à salvaguarda do património.

Neste sentido, podemos observar que no que diz respeito às construções militares classificadas como Monumentos Nacionais, nomeadamente os três Fortins - Fortim de São Pedro, Fortim de São Mamede e Fortim de São Domingos, o Forte da Graça, a entidade de gestão responsável é a Câmara Municipal de Elvas, mas mantêm-se na tutela do Estado. O Castelo de Elvas é da propriedade do Município de Elvas e, portanto, a entidade de gestão responsável é a Câmara Municipal de Elvas. Este bem passou recentemente pela concessão da transferência de competências da Direção Regional da Cultura do Alentejo (DRCA) para a Câmara Municipal de Elvas (CME), a 28 de agosto de 2021¹⁵.

Portanto, a gestão de cada uma destas construções militares de Elvas utiliza um modelo de gestão pública que assegura, em primeiro lugar, a proteção e salvaguarda destes recursos. O

¹⁴ Excerto da entrevista realizada a Rui Jesuíno.

¹⁵ Informação disponível em <https://radioelvas.com/2021/08/02/municipio-de-elvas-assume-competencias-de-gestao-do-castelo-da-cidade/>

Município de Elvas tem igualmente o Forte de Santa Luzia cuja entidade responsável pela sua gestão é a Câmara Municipal de Elvas.

De seguida, ao analisar e identificar a gestão dos oito edifícios religiosos intramuralhas, é possível verificar que, tal como foi mencionado pelo Dr. Rui Jesuíno, de forma geral “as igrejas são geridas pelas Paróquias e Arcebispado”. Desta forma, no quadro dos bens que são classificados como Monumentos Nacionais, temos a Igreja das Domínicas, a Igreja de São Pedro, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção ou Sé de Elvas e a Igreja de São Domingos.

Tendo em consideração a Igreja das Domínicas, apesar desta ser propriedade da Arquidiocese de Évora, cedida à Paróquia de Santa Maria de Alcáçova, tem protocolo com o Município de Elvas para abertura ao público. Por sua vez, a Igreja de São Pedro e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção são ambas propriedade pública, do Estado, estando afetadas à DRCA¹⁶. Porém, as atividades religiosas são executadas naturalmente pela Paróquia de Nossa Senhora da Assunção, que acaba por ter um papel relevante na gestão destes bens.

Na opinião do Pe. Ricardo Lameira a relação entre Estado e Igreja é definida como interessante e próxima, reforçando que “a Igreja tem usufruto, mas de facto o bem imóvel é do Estado”¹⁷, indicando que o diálogo e a relação entre ambas entidades deve ser exigente, mas próximo para se poder trabalhar em conjunto. Por sua vez, é mencionado que, especificamente no caso da Sé Catedral, este trabalho em conjunto destaca na mesma medida o serviço da Paróquia de Elvas tal como o edifício religioso enquanto Monumento Nacional. Relativamente à Igreja de São Domingos, observamos que este é um edifício religioso de propriedade da Arquidiocese, sendo que a corporação e gestão do sítio está encarregue à Fraternidade Leiga de São Domingos, desde 5 de setembro de 1994¹⁸. Quanto ao regime de abertura deste espaço, esta igreja possui protocolo com o Município de Elvas para abrir o espaço ao público.

No quadro dos elementos religiosos classificados como Imóveis de Interesse Público, inclui-se a Igreja do Salvador, os cinco Passos da Via Sacra, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e a Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas.

No que respeita a Igreja do Salvador, verifica-se que a sua propriedade é da Arquidiocese de Évora, encontrando-se cedida para o culto à Paróquia do Salvador, cujo protocolo com o Município de Elvas permite da mesma forma a abertura deste espaço ao público. Relativamente aos cinco Passos da Via Sacra, verifica-se que estes são de propriedade da Igreja Católica, nomeadamente da Arquidiocese de Évora, sendo que estão cedidos ao culto à Paróquia de Nossa

¹⁶ Portaria n.º 829/2009, DR, 2.ª série, n.º 163 de 24 agosto 2009.

¹⁷ Excerto da entrevista realizada ao Pe. Ricardo Lameira.

¹⁸ De acordo com o SIPA

Senhora da Assunção. Quanto à Igreja da Ordem de São Francisco, este é um edifício de propriedade privada, nomeadamente, da propriedade da Ordem Terceira de São Francisco, cedida para o culto à Fraternidade Leiga de São Francisco de Elvas, com protocolo com o Município de Elvas para a sua abertura ao público. Por último segue-se, a Capela da antiga Igreja do Salvador que é um espaço de propriedade privada, cuja sua gestão é privada, sendo a sua responsável e gestão respeitantes à Arquiteta Samanta Sequeira.

No caso dos edifícios civis, tais como o Aqueduto da Amoreira, o Padrão e o Pelourinho de Elvas, é possível verificar que apenas dois dos elementos arquitetónicos são de propriedade municipal, nomeadamente o Aqueduto da Amoreira e o Pelourinho de Elvas, cabendo à Câmara Municipal de Elvas a salvaguarda do Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público, respetivamente. Nenhum destes bens está afeto a uma entidade gestora específica, pelo que a sua gestão é efetuada pela CME. Por outro lado, o Padrão de Elvas é da propriedade da DRCA, e, portanto, é esta a entidade que assegura a sua salvaguarda.

São onze os bens patrimoniais que são de propriedade estatal ou municipal e, como tal, têm uma entidade de gestão pública, nomeadamente, a Câmara Municipal de Elvas e a Direção Regional de Cultura do Alentejo. Os elementos património cuja gestão segue um modelo de gestão pública são essencialmente seis construções de carácter militar. Ademais, existem duas das igrejas classificadas como Monumentos Nacionais que são afetadas igualmente a uma das entidades gestoras públicas referidas acima, designadamente, a Direção Regional de Cultura do Alentejo. Dentro dos onze bens patrimoniais de propriedade pública estatal ou municipal, três deles são edifícios civis.

Tendo em consideração os bens classificados que têm uma gestão privada, reúne-se um total de seis edifícios religiosos, nomeadamente cinco igrejas e os Passos da Via Sacra. Como tal, estes são geridos pelas várias Paróquias de Elvas, designadamente, a Paróquia de Santa Maria da Alcáçova, a Paróquia de Nossa Senhora da Assunção e a Paróquia do Salvador que são parte integrante da Arquidiocese de Évora e, portanto, consideradas entidades do setor privado religioso. Por sua vez, como entidades de gestão dos locais de culto mencionados temos ainda duas Fraternidades, nomeadamente a Fraternidade Leiga de São Domingos e a Fraternidade Leiga de São Francisco de Elvas.

Por último, subsiste a Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas cuja entidade de gestão responsável é uma pessoa particular, nomeadamente a Arquiteta Samanta Sequeira.

Assim sendo, temos cinco tipos de entidades de gestão principais ao cargo do património cultural do concelho de Elvas, nomeadamente, a Câmara Municipal de Elvas, a Direção Regional da Cultura do Alentejo, a Paróquia de Elvas (correspondente à Arquidiocese de

Évora), as Fraternidades e uma pessoa particular. Podemos verificar que a presença de entidades privadas na gestão de monumentos na cidade de Elvas é reduzida, tendo como únicas entidades privadas de alguma expressão a Igreja Católica, derivado essencialmente da função religiosa que estes monumentos detêm, e uma pessoa particular. O Estado, quer seja através da administração central, regional ou local, concentra as tarefas da gestão do património cultural, evidente neste caso de estudo.

4.4. Obstáculos para uma gestão privada de bens patrimoniais em Elvas

Na intenção de perceber o que impede uma maior disseminação de entidades privadas responsáveis pela gestão de bens patrimoniais classificados, foi feita uma avaliação das entrevistas executadas cruzando-as com a bibliografia analisada.

Deve referir-se que não se encontram limitações conceptuais, no caso de Elvas, às práticas de gestão privada, tendo sido possível observar que se considera existirem benefícios e vantagens em modelos de gestão privada, sobretudo na concretização de uma maior eficácia dos processos:

“por vezes (a gestão no setor privado) é muito mais eficaz que no público, porque o público não tem dinheiro para recuperar todo o património como nós desejamos e é eficaz porque, tratando-se na maior parte das vezes de património classificado ou em zonas de proteção, eles têm regras a cumprir e, portanto, desde que cumpram a lei, nunca há problemas”¹⁹.

Como tal, com o objetivo de cruzar esta reflexão com a revisão bibliográfica, é possível intersestar esta ideia com o que Fernandes (2018) menciona, pois:

“no caso da propriedade privada, o regime de propriedade não se sobrepõe às legislações nacionais especialmente no que toca o património classificado. A conservação e proteção do património, entre outros aspetos da gestão, ficam sob incumbência do proprietário, tendo este que seguir a legislação e políticas culturais existentes, podendo recorrer ao apoio de instituições da tutela para melhor gerir, conservar e proteger o património a seu encargo (Fernandes, 2018: 9). A conservação e manutenção destes bens revestem-se muitas vezes de uma dimensão financeira não alcançável por um proprietário privado, pelo que muitas vezes a sua exploração comercial (sobretudo turística), manifesta-se como uma interessante forma de financiamento.”

¹⁹ Excerto da entrevista realizada a Rui Jesuíno.

Na mesma sequência de ideias, de acordo com o Pe. Ricardo Lameira, uma das maiores dificuldades que sucede no caso de edifícios públicos que estão sob tutela do Estado, é que pode existir um menor cuidado no que respeita a realização de obras de reabilitação, uma vez que:

“Quando se vai fazer uma obra, (...) fica muito mais caro, muito mais dispendioso. Penso que essa é a grande dificuldade dos bens públicos. É que muitas vezes quem está à frente não zela pelo edifício, mas muitas vezes zela antes pelo seu nome, pelo seu prestígio, pelo seu protagonismo. Ou, se não tem nada a ganhar, simplesmente está lá a cumprir horário”²⁰.

Por sua vez, esta opinião vai ao encontro da ideia fundamentada por Luís Oosterbeek (2019) que revela o desconforto e incapacidade da efetiva gestão patrimonial pública e que argumenta sobre o facto de a tutela pública ter insuficientes recursos para cumprir funções financeiras e de fiscalização (Oosterbeek, 2019: 106-108).

Por outro lado, nas reflexões ao longo das entrevistas, é reforçado pelos entrevistados a ideia de que os bens privados são obrigados a resistir de forma autónoma pelo facto de o seu responsável ser quem zela pela sua salvaguarda e assume o comprometimento com a proteção do bem, tal como é referido o modelo das igrejas:

“Neste caso, por exemplo, voltamos às igrejas que são das paróquias. As paróquias têm de aprender a governá-las, a sustentá-las, a suportá-las de maneira que não caiam.”²¹

Neste seguimento e segundo a opinião do Dr. Rui Jesuíno, apesar de existir, por vezes, a perceção de que a gestão do património é realizada maioritariamente por entidades públicas, no seu entender, a existência de modelos de gestão privada, em Elvas, encontra-se sobretudo nos monumentos de natureza religiosa. Nestes, a Arquidiocese de Évora, através das suas paróquias é a grande interveniente, mas observa-se que o foco de ação não reside na função cultural – ou mesmo patrimonial – destes edifícios, mas sim na sua função religiosa. O que significa que se estes edifícios perdem a sua função religiosa, a sua natureza cultural é muitas vezes posta de parte “especialmente em ermidas e igrejas que estejam mais descentralizadas, em zonas rurais”²² pois, “algumas já estão em ruína”²³. É pedida uma posição mais participativa da parte desta entidade de gestão, à semelhança de casos existentes em Portugal, como o da Arquidiocese de Braga e toda a gestão feita na zona de Bragança e Miranda do Douro, a nível de património religioso, afirmando o trabalho exemplar por ter um departamento só para

²⁰ Excerto da entrevista realizada a Ricardo Lameira.

²¹ Excerto da entrevista realizada a Ricardo Lameira.

²² Excerto da entrevista realizada a Rui Jesuíno.

²³ Excerto da entrevista realizada a Rui Jesuíno.

questões do património, bem como, possuir um conjunto de conservadores-restauradores que se responsabiliza pela manutenção do seu património²⁴.

No que diz respeito a posição do Pe. Ricardo Lameira sobre os agentes que estão em contacto com o património, este apela a uma gestão em conjunto, no sentido de cumprir as responsabilidades de cada instituição, tanto pública como privada, pois considera que:

“o património não pode ser gerido de forma autoritária, mas de forma da comunhão, no sentido de respeitar cada instituição e tentar ajudar e deixar-se ajudar pela instituição que é o responsável, que é o dono, digamos assim, do edifício”²⁵.

²⁴ Informação obtida a partir da entrevista realizada a Rui Jesuíno.

²⁵ Excerto da entrevista realizada a Ricardo Lameira.

Conclusões

A presente dissertação apoiou-se num enquadramento teórico, realizado através da revisão bibliográfica de um dado conjunto de documentação internacional e portuguesa relativa à temática da gestão cultural e a gestão do património, incluindo uma revisão da legislação portuguesa relativa ao património cultural e na aplicação de uma metodologia de caso de estudo, com observação direta dos bens patrimoniais classificados. Após uma reflexão dos dados obtidos, apresentam-se as conclusões.

Procurou-se concretizar os três objetivos nucleares: identificar e caracterizar os casos de gestão privada do património cultural no concelho de Elvas; identificar os obstáculos à implementação dos modelos de gestão por parte das tutelas e *stakeholders*; e averiguar e caracterizar casos de boas práticas ligados à gestão privada no conjunto patrimonial classificado de Elvas.

A revisão bibliográfica, incluindo a análise da legislação permitiu obter um conhecimento geral sobre a realidade da gestão do património, reconhecendo uma carência no setor do património cultural de estruturas de gestão que consigam acompanhar os objetivos relacionados com o desenvolvimento sustentável ou viabilidade financeira dos sítios patrimoniais, sendo também possível reconhecer, a partir da literatura, que a existência de estruturas de gestão do património cultural não é uma situação que se verifica de forma homogénea por todo o país.

No estudo de caso desta investigação, o mapeamento das entidades gestoras do património classificado de Elvas, permitiu verificar um número reduzido de entidades gestoras privadas com intervenção direta no património cultural classificado. O trabalho de campo realizado, e a recolha dos testemunhos orais de entidades de gestão do património em Elvas, permitiu confirmar esta realidade, reconhecendo também os principais obstáculos para a existência de entidades privadas de gestão em Elvas, nomeadamente informações genéricas que aludem vantagens da gestão privada que não revelam os reais impedimentos, gerando mais questões do que certezas. Como tal, desta análise surgem perspetivas futuras de investigação, uma vez que seria interessante conhecer quais são as dificuldades por parte das entidades públicas para uma gestão privada. Pois, compreende-se, a partir do estudo de caso que há benefícios e vantagens em modelos de gestão privada no património cultural, apesar de o património de Elvas ser maioritariamente gerido por entidades públicas.

O estudo vem acrescentar esta área do património cultural, sobretudo na região do Alto Alentejo, na medida em que conseguimos mapear um inventário das estruturas de gestão do património classificado de Elvas. É importante realçar que este trabalho de investigação

pretendeu contribuir para a área de inventariação das estruturas de gestão do património cultural, uma vez que foram definidos e identificados os casos de gestão privada do património.

Fontes

Legislação

Europa, Conselho da (2005), Convenção-Quadro sobre o valor do Património Cultural para a Sociedade do Conselho da Europa.

Portaria n.º 437/2012 de 14 de setembro de 2012. Diário da República N.º 179 2.ª série. 31422.

Fontes Administrativas

Elvas, Câmara Municipal de (2015), *Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Elvas*, Elvas, Câmara Municipal de Elvas.

Elvas, Câmara Municipal de (2015), *Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização das Fortificações de Elvas*, Elvas, Câmara Municipal de Elvas.

Inventários

DGPC, *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Disponível em <http://monumentos.gov.pt>

DGPC, “Aqueduto da Amoreira”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3217, acessido em maio de 2022

DGPC, “Padrão”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3206, acessido em maio de 2022

DGPC, “Fortim de São Pedro”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=28519, acessido em maio de 2022

DGPC, “Fortim de São Mamede”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35778, acessido em maio de 2022

DGPC, “Fortim de São Domingos”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=35779, acessido em maio de 2022

DGPC, “Forte da Graça”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3771, acessido em maio de 2022

DGPC, “Forte de Santa Luzia”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3244 acessido em maio de 2022

DGPC, “Castelo de Elvas”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3225, acessido em maio de 2022

DGPC, “Igreja das Domínicas”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1843, acessido em maio de 2022

DGPC, “Igreja de São Pedro”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1858, acessido em maio de 2022

DGPC, “Igreja de Nossa Senhora da Assunção, antiga Sé de Elvas”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3731, acessido em maio de 2022

DGPC, “Igreja de São Domingos”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1862, acessido em maio de 2022

DGPC, “Pelourinho de Elvas”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1813, acessido em maio de 2022

DGPC, “Igreja do Salvador”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3819, acessido em maio de 2022

DGPC, “Passos da Via Sacra (cinco)”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1676, acessado em maio de 2022

DGPC, “Igreja da Ordem Terceira de São Francisco”, *SIPA*. Disponível em http://monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1608, acessado em maio de 2022

DGPC, “Capela da antiga Igreja do Salvador de Elvas”, *SIPA*. Disponível em <https://files.dre.pt/2s/2012/09/179000000/3142231422.pdf>, acessado em maio de 2022

Câmara Municipal de Elvas. Disponível em: <https://www.cm-elvas.pt/>

CME, “Aqueduto da Amoreira”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/civil/aqueduto-da-amoreira/> acessado em julho de 2022

CME, “Padrão da Batalha das Linhas de Elvas”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/militar/padrao-da-batalha-das-linhas-de-elvas/> acessado em julho de 2022

CME, “Fortim de São Domingos”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/militar/fortim-de-sao-domingos/> acessado em julho de 2022

CME, “Fortim de São Mamede”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/militar/fortim-de-sao-mamede/> acessado em julho de 2022

CME, “Fortim de São Pedro”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/militar/fortim-de-sao-pedro/> acessado em julho de 2022

CME, “Forte da Graça”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/forte-da-graca/> acessado em julho de 2022

CME, “Forte de Santa Luzia”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/militar/forte-de-santa-luzia/> acessado em julho de 2022

CME, “Castelo”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/militar/castelo/> acessado em julho de 2022

CME, “Igreja das Domínicas”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/igreja-das-dominicas/> acessado em julho de 2022

CME, “Igreja de São Pedro”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/igreja-de-sao-pedro/> acessado em julho de 2022

CME, “Igreja de Nossa Senhora da Assunção/Sé Catedral”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/igreja-de-nossa-senhora-da-assuncao-se-catedral/> acessado em julho de 2022

CME, “Igreja de São Domingos”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/igreja-de-sao-domingos/> acessado em julho de 2022

CME, “Igreja do Salvador”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/igreja-do-salvador/> acessado em julho de 2022

CME, “Pelourinho”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/civil/pelourinho/> acessado em julho de 2022

CME, “Passos da Via Sacra”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/passos-da-via-sacra/> acessado em julho de 2022

CME, “Igreja dos Terceiros”, *CME*. Disponível em <https://www.cm-elvas.pt/descobrir/patrimonio/religioso/igreja-dos-terceiros/> acessado em julho de 2022

Fontes Orais

Entrevistas presenciais realizadas a:

Rui Jesuíno, Chefe da Divisão da Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Elvas, em
6/10/2022

Ricardo Lameira, Pároco na Paróquia de Elvas e Varche, em 15/10/2022

Bibliografia

- Alaix, Manel Miró (2018), “Aprender de los errores para pensar el futuro del patrimonio”, *Cuadernu: Difusión, investigación y conservación del patrimonio cultural*, 6, pp. 159-174.
- Alfaia, Nelson da Rocha (2015), *Estratégia de Desenvolvimento de Elvas – Projectos, Governança e Gestão Municipal*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território Especialização em Planeamento e Ordenamento do Território, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/18018/1/Estrat%c3%a9gia%20de%20Desenvolvimento%20de%20Elvas%20-%20Projectos%2c%20Governan%c3%a7a%20e%20Gest%c3%a3o%20Municipal.pdf>
- Bernardes, João Pedro; Oliveira, Luís Filipe; Moreira, Ricardo e Valente, Teresa (2014), “Património Cultural Edificado: Reflexões em torno da gestão do património classificado”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, vol. 2 (2), pp. 34-52.
- Bond, Stephen; Worthing, Derek. (2008). *Managing built heritage: the role of cultural values and significance*, second Edition. Willey Blackwell.
- DeVereaux, Constance (Ed.) (2019), *Arts and Cultural Management: Sense and Sensibilities in the State of the Field*, New York e Oxon, Routledge.
- Di Maggio, Paul (1987), *Managers of the Arts: Careers and Opinions of Senior Administrators of U.S. Art Museums, Symphony Orchestras, Resident Theaters, and Local Arts Agencies*. Research Division Report #20. Washington: Seven Locks Press.
- Elvas, Câmara Municipal de (2013), *Elvas, Duas Décadas de Poder Local*, Elvas, CME.
- Fernandes, Solange (2018), *Parques de Sintra - Monte da Lua: A Influência da Gestão Patrimonial na Experiência Turística*, Relatório de estágio do Mestrado em Turismo e Comunicação, Lisboa, Universidade de Lisboa e Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
- Garrigós, Rosa Campillo (1998), *La gestión y el gestor del patrimonio cultural*, Murcia, Editorial KR.
- Gil, Júlio e Cabrita, Augusto (1986), *Os Mais Belos Castelos de Portugal*, Edições Verbo, Lisboa.
- Gonçalves, Catarina Valença; Carvalho, José Maria Lobo de e Tavares, José (2020), *Património Cultural em Portugal: Avaliação do Valor Económico e Social*, Lisboa, Fundação Millennium Bcp.

- Greffe, Xavier (1990), *La valeur économique du patrimoine : la demande et l'offre de monuments*, Paris, Anthropos.
- Henriques, Eduardo Brito (2002), “Novos desafios e orientações políticas culturais: tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades no caso Português”, *Finisterra*, XXXVII (73), pp.61-80.
- Hérmendez, Francisca Hérmendez (2002), *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*, Gijón, Ediciones Trea.
- Howard, Peter (2003), *Heritage: Management, Interpretation, Identity*, Leicester, Leicester University Press.
- Jurenienė, Virginija e Radzevičius, Martynas (2014), “Models of Cultural Heritage Management”, *Transformations in Business and Economics*, vol. 13 (2), pp.236-256.
- Morgado, Amílcar (1992), “O Aqueduto e as águas em Elvas, Fontes Antigas”, separata de *Caderno Cultural*, 5, Elvas, Câmara Municipal de Elvas e Grupo de Apoio e Dinamização Cultural de Elvas (G.A.D.I.C.E.).
- Morgado, Amílcar (1993), “Elvas, Praça de Guerra, Arquitectura Militar”, separata de *Caderno Cultural*, 7, Elvas, Câmara Municipal de Elvas e Grupo de Apoio e Dinamização Cultural de Elvas (G.A.D.I.C.E.).
- Oosterbeek, Luís (2019), “Gestão Pública do Património Cultural. Recentrar o paradigma”. *Al-madan*. 2.^a série (nº22).
- Pereira, Henrique (2017), *O Público e o Privado na Gestão do Património Cultural: sobre o Programa Revive*, Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Estudos da Cultura, Lisboa, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa.
- Quivy, Raymond e Campenhout, Luc Van (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Sena, Arlindo (2006), “O Caia como espaço de atracção durante a monarquia constitucional” in *Elvas Caia – Revista Internacional de Cultura e Ciência*, nº4, pp.151 a 168, Edições Colibri e Câmara Municipal de Elvas.
- Sena, Arlindo (2007). *Demografia, Economia, Sociedade y Política en un Espacio Fronterizo: El Distrito de Portalegre (1850-1930)*, Dissertação de Doutoramento, pp. 721-723.
- Throsby, David, C. (2003), *Economics and Culture*, Cambridge, Cambridge University Press.
- UNESCO, ICCROM, ICOMOS e IUCN (2013), *Managing Cultural World Heritage. World heritage resource manual*, UNESCO.
- Valadas, Jorge (1955), *A Batalha das Linhas de Elvas*, Edição do Jornal Linhas de Elvas e da Câmara Municipal de Elvas.

Anexos

Anexo A – Guião de entrevista

Objetivo geral: inventariar as estruturas de gestão do património cultural de Elvas, avaliando através de um modelo qualitativo com entrevistas semiabertas a três entidades de gestão do património, nomeadamente:

1. Uma entidade do setor público;
2. Uma entidade do setor privado;
3. Uma entidade do setor religioso.

O objetivo para cada uma das entidades é aferir os principais constrangimentos e oportunidades e perspetivar o futuro da gestão do património em termos da participação dos agentes privados.

Face ao objeto de pesquisa inerente, a dissertação tem três objetivos nucleares:

- O primeiro objetivo é identificar e caracterizar os casos de gestão privada do património cultural no concelho de Elvas.
- O segundo objetivo passa por identificar os obstáculos à implementação dos modelos de gestão por parte das tutelas e stakeholders.
- O terceiro objetivo é averiguar e caracterizar casos de boas práticas ligados à Gestão Privada.

Nome:

Cargo/posição que ocupa:

Questões

1. Qual é a sua apreciação geral em relação aos agentes que estão em contacto com a gestão do património cultural?
2. Existe, por vezes, a perceção de que a gestão do património é realizada maioritariamente por entidades públicas. No seu entender, quais são os benefícios/vantagens que considera que a gestão privada pode trazer para a gestão eficaz do património cultural?
3. Na sua opinião, considera que devem existir limites na gestão privada na esfera do património cultural?
4. Acredita que os modelos de gestão integrada podem ser trabalhados em conjunto com os Monumentos Nacionais?

Anexo B - Entrevista a Dr. Rui Jesuino

1. Há vários agentes, em especial na nossa cidade. É um dos exemplos em que há vários, por exemplo, o município gere maior parte do património, mas as igrejas já são geridas pelas Paróquias e pelo Arcebispado. O castelo era da Direção Regional da Cultura do Alentejo, mas, neste momento, já passou para a Câmara Municipal de Elvas por causa da Lei da Descentralização, das competências e existe património que é do Estado e que se encontra concessionado a agentes privados que é o caso do Convento de São Paulo e os edifícios militares, mas esses também têm a parte do Museu Militar. Não é mau que sejam vários agentes a fazer a gestão, o que importa aqui é que estejam todos em consonância e que, com todos os agentes, haja alguém, não diria especializado em Património Cultural, mas alguém que tenha em atenção a tudo aquilo que o Património Cultural exige. É lógico que há muita coisa que está legislada, mas há coisas que por vezes acontecem à parte da lei, infelizmente. No caso dos municípios acho que os municípios são fundamentais na gestão do património, especialmente no que toca a sua reabilitação. Aliás, se não fossem todas as valências que os municípios conseguiram após o 25 de abril, o nosso património cultural estaria bem pior do que aquilo que está atualmente, porque, felizmente, são os municípios que acabam por fazer as candidaturas a fundos comunitários ou mesmo com fundos próprios que vão reabilitando parte do património. No caso do património militar, eles não estão virados para o património cultural, em geral, mas no caso de Elvas, quase praticamente só estão virados para o património porque só o Museu Militar é que faz parte do exército em Elvas. Há sítios em que eles ainda têm os seus quartéis e tudo mais e faz-se uma gestão mista. Isso tem uma coisa boa e uma coisa má. A coisa boa é que quando há um regimento numa cidade, muitas vezes os militares fazem a manutenção do seu património que era o que acontecia em Elvas até 2002/2003, quando fechou o Regimento de Infantaria. Não havendo, há sempre dificuldades porque a Direção de História e Cultura do Exército, que é quem manda aqui no Museu Militar, nunca tem verbas suficientes para aquilo que se deseja, mas ainda assim, têm feito um bom trabalho em Elvas com os poucos recursos que têm. No caso do património religioso, depende dos sítios. Infelizmente, acho que o Arcebispado de Évora não é exemplo. É enorme, ainda apanha uma parte do Alentejo e Ribatejo e não tem feito a conservação do património à altura do património que tem, especialmente em ermidas e igrejas que estejam mais descentralizadas, em zonas rurais, algumas já estão em ruína, praticamente. Percebe-se que eles não possam praticamente. As paróquias especialmente podem não ter verbas para a manutenção, mas têm feito pouco. Isto não se verifica que aconteça nos outros arcebispados, especialmente no Norte. O Arcebispado de Braga tem um departamento só para a questão do património. No Arcebispado de Bragança e Miranda do

Douro têm feito um trabalho exemplar porque têm conservadores restauradores, que são mesmo do arcebispado e fazem essa manutenção, mas também acabam por ser arcebispados mais pequenos do que o de Évora que é quase um terço do país, portanto há várias coisas a ter em conta.

2. Eu acho que é positivo, especialmente no que concerne alojamentos locais, hotéis e tudo mais. Nos últimos anos tem-se recuperado grande parte do património à conta disto, não só do património monumental em si, mas por exemplo, palácios, casas senhoriais e tudo mais, do civil ao patrimonial têm sido recuperadas especialmente para o turismo. O caso do Convento de São Paulo em Elvas e de *n* sítios no âmbito do mesmo programa que foi o Convento São Paulo (Programa Revive). Acho que é eficaz. Acho que por vezes é muito mais eficaz que o público, porque o público não tem dinheiro para recuperar todo o património como nós desejamos e é eficaz porque tratando-se na maior parte das vezes de património classificado ou em zonas de proteção, eles têm regras a cumprir e, portanto, desde que as cumpram e cumpram a lei, nunca há problemas, é o caso do Convento de São Paulo, onde não houve problema nenhum na requalificação, tendo esta obra sido enorme que ali se fez. Nunca a Arquidiocese ou a Igreja ou mesmo a Câmara teriam dinheiro para estar ali a fazer nem sei o quê naquele Convento. Portanto, acho que é sempre bom e, isto depois leva-nos à terceira questão.

3. Claro que sim, se não existem acontece o que acontece muitas vezes em locais onde o património cultural passa a ser privado, mas não é classificado ou não está em zonas de proteção. Aí já tem a ver com as Câmaras, com os Planos de Salvaguarda que as câmaras têm ou não e, portanto, aí não há limites. Ou seja, tem mesmo que haver limites nesta gestão privada e legislação que eles têm que obrigatoriamente cumprir, porque senão numa reabilitação... Quando realmente se está a reabilitar um monumento antigo de grande valor patrimonial, se não fosse assim não o reabilitavas. Mas pode haver numa obra e, muitas vezes, os arquitetos - isto é uma coisa muito importante - não têm formação nenhuma em património cultural e nem sequer entendem que aquela decoração ou aquele monumento ou aquela igreja, ou seja o que for, têm um valor patrimonial que deve ser mantido e então inventam. Muitas vezes acontece isso. Desde que as Direções Regionais de Cultura, no caso dos monumentos classificados, ou os Municípios, no caso das zonas de proteção ou nos Planos de Salvaguarda, estejam em cima deles e façam uma fiscalização correta aí não problema nessa gestão privada.

4. Pois, podem, claro. Claro que podem. Têm mesmo de trabalhar em conjunto, por isso é que é muito importante a classificação dos Monumentos. Nós aqui não temos esse problema, porque com a classificação de Património Mundial, tudo o que é centro histórico, fortes, muralhas e tudo o que está dentro da zona de proteção está logo à partida classificado, mas em outros locais que tenham interesse patrimonial podem não estar classificados e, se não estiver classificado, esta gestão integrada já é mais difícil de se fazer. As Direções Regionais de Cultura já não conseguem intervir. Por exemplo, aqui na Igreja de São Brás, há uns tempos encontraram umas pinturas a fresco, andaram para lá a raspar e tudo mais. A Paróquia fez aquilo, com o que podia, e pensava que estava correto e começaram a tirar a cale para aparecer os frescos. Aquilo devia ter sido feito com uma conservadora-restauradora. Não está muito mal, mas devia ter sido feito como deve de ser. Acabou por não haver uma gestão integrada porque a Igreja de São Brás, apesar de ser um Monumento, que se pensava que não teria muita importância, mas agora tem muito mais importância, não estava classificada. Ao não estar classificada a Direção Regional de Cultura do Alentejo, não pôde obrigar a Paróquia a fazer uma obra com alguém de conservação e restauro, ou seja, fazia o que queria. Se a Igreja de São Brás tivesse em ruínas, podiam demoli-la que não estariam a infringir nenhuma lei. Portanto, é fundamental esta gestão integrada entre os municípios que devem classificar, por exemplo, no mínimo, como monumentos de interesse municipal. É o que nós estamos agora a fazer com algumas atalaias, que estão já fora do centro histórico, mas que têm que ser classificadas para estar protegidas e que esteja tudo em conjunto, como dizia, os municípios, as Direção Regional da Cultura para os sítios que estão classificados e depois a Direção Geral do Património Cultural que o órgão mais alto, que são eles que dão os pareceres para os monumentos serem classificados, para darem também o seu parecer, isso é fundamental, seja em sítios que são igrejas e estão ao culto, seja em monumentos que estão a ser convertidos em hotéis, seja em locais que sejam geridos pelo exército, ainda que tenham lá um regimento, mas que é um monumento e desde que esteja classificado, o regimento também não pode como fazer como quiser e não deixar as coisas desaparecerem, portanto acho que isto é fundamental.

Anexo C - Entrevista ao Pe. Ricardo Lameira

1. A gestão do património, em primeiro lugar, tem de ter aí um ponto fundamental em que, o património tem donos, tem responsáveis e, muitas vezes, o património não pode ser gerido de forma autoritária, mas de forma da comunhão, no sentido de respeitar cada instituição e tentar ajudar e deixar-se ajudar pela instituição que é o responsável que é o dono, digamos assim, do edifício. Se for uma igreja é da paróquia, pois nunca outro serviço externo pode vir a querer “mandar” e fazer o que quer a partir dessa igreja, porque tem um representante legal. Se nós olharmos para um caso particular que é a nossa Sé, a Sé de Elvas, não é da igreja, a Sé de Elvas é dos Monumentos Nacionais, é do Estado, tal como todas as catedrais de Portugal são do Estado. Aí há uma relação muito interessante sempre e muito próxima entre o Estado e a Igreja. A Igreja tem usufruto, mas de facto o bem imóvel é do Estado. Isto é, isto exige diálogo isto exige relação, exige uma relação próxima. É muito importante que haja também, sabermos onde é que começa e onde é que termina os deveres e direitos de cada um para podermos trabalhar em conjunto. E aqui, na Sé, tem sido útil na medida em que, nos sentimos tanto paróquia como monumentos nacionais ao serviço do mesmo espaço. Claro que, exige muita capacidade de ouvir, acolher, concordar ou discordar, mas no final chegámos ao consenso mais importante.

2. Quando um bem é privado tem dono. Quando um bem é público é dos outros. Quando um bem é privado, aquele que é o responsável pelo bem zela por ele porque é seu, está sob sua responsabilidade. Neste caso, por exemplo, voltamos às igrejas que são das paróquias. As paróquias têm de aprender a governá-las, a sustentá-las, a suportá-las de maneira que não caiam. Quando é um edifício público, do Estado, muitas vezes é do povo, mas não é de ninguém. O que faz com que muitas vezes não se tenha o cuidado que se deve ter na hora certa. Então quero dizer, quando se vai fazer uma obra, quando é necessário fazer alguma obra, fica muito mais caro, muito mais dispendioso. Penso que essa é a grande dificuldade dos bens públicos. É que muitas vezes quem está à frente não zela pelo edifício, mas muitas vezes zela antes pelo seu nome, pelo seu prestígio, pelo seu protagonismo. Ou, se não tem nada a ganhar, simplesmente está lá a cumprir horário.

3. Deve haver conhecimento da legislação que existe. Um bem privado não é uma propriedade privada. Um bem privado é um bem ao serviço do público. É um pedaço da história que nos fica. Então nós temos de saber gerir sempre numa linha de fidelidade ao edifício, aos materiais, às obras e, eu acredito que, quando nós sabemos cumprir os direitos e as obrigações torna-se

fácil. Uma coisa eu sei que se torna, tornam-se uma obra muito mais barata cada vez que é preciso fazer obra. Não é que a obra seja menos cara, é porque a administração privada, até prova em contrário, é muito mais justa, porque é privado então ninguém quer gastar mais dinheiro que aquilo que é necessário. E a obra anda porque se quer fazer andar com as coisas. Agora, é preciso é nunca esquecer que, há normas, nunca se esquecer que aquilo não é um bem pessoal, e nunca é um bem particular. Ou melhor, é um bem particular, mas não é privado. Qualquer edifício, qualquer obra, qualquer monumento que nos foi deixado é aberto ao público, mas não é público, mas também é privado. Mas não é particular. Ele é privado, porque depende de alguém, mas está ao serviço de toda a gente. Por isso, quero dizer, quem tem um bem, uma entidade que tem um bem privado ou uma instituição tem de ter sempre o cuidado que ele é de todos. E pensar sempre que ele é para todos, mas ao mesmo tempo sem deixar que seja de todos, ou seja, todos a fazerem o que querem e não querem. É uma dificuldade, mas é, mas a dificuldade não é da gestão é da relação. É sempre dificuldade da relação, mas é muito importante a comunicação. O mais difícil da gestão do património, em qualquer lugar, é a relação. Nós estamos habituados a que uns mandam e outros obedecem e ainda não nos habituamos a que temos um bem, um património comum e que temos é que ver o que é que cada um pode pôr ao serviço do outro. Eu quando estive em Alcácer, por exemplo, a relação que tive com a Câmara Municipal era uma belíssima relação. O que é que no fundo Alcácer tinha para mostrar na cidade ao turismo? As igrejas: a capela das onze mil virgens, que é a obra mais bela e única do renascimento em Portugal, depois temos a Igreja de D. João V, a igreja de São Tiago, enfim. E tínhamos uma funcionária que era agente da Paróquia, uma administrativa. Então o que é que fizemos? Como tínhamos alguns bens de arte sacra fizemos um museu com a ajuda da Câmara. Não interessa tirar a arte sacra do seu lugar, interessa sim que a arte sacra esteja no lugar onde ela é usada. Também não há necessidade, isto é, é uma norma que para já deixou de existir “Os Grandes Museus”, as coisas têm sentido onde estão, onde estão têm uma beleza especial. Se, isto é, desta igreja se aquilo é daquele museu, se o quadro é daquele palácio. Na parede do Palácio é que ele mostra como é que foi feito e porque é que foi feito. Então, neste sentido, nós o que é que fizemos? Fizemos um percurso pela cidade de maneira que a mesma funcionária conseguisse abrir duas igrejas, uma de manhã e outra à tarde. Seguido aquele percurso, os próprios turistas almoçavam em Alcácer. Então ao mesmo tempo que nós tínhamos as Igrejas abertas, o turismo podia ver o que tínhamos e ao mesmo tempo os próprios, a restauração conseguiam ganhar porque as pessoas iam ali. E o Estado recebia o IRS da restauração, então depois dava uma colaboração à paróquia para poder ajudar a pagar o funcionário. Isto é uma relação natural. Não é o edifício ser deles, o edifício era nosso então

nós é que o tínhamos de cuidar. O que precisávamos pedíamos ajuda e também o que eles precisavam eles também pediam ajuda. Habitualmente havia um horário que era feito em consenso com a própria Câmara, nunca com partes da Câmara. A paróquia o pároco falava com o presidente, fala-se de igual para igual, que é uma coisa que nós às vezes não estamos habituados. E isto facilita muito a relação porque aqui até a funcionaria, o horário dela, dependia da vida dela da necessidade da Câmara e também da necessidade da Paróquia. Isto tornava as coisas muito mais fáceis e a verdade é que a funcionária enquanto estive teve emprego.

4. Podem e devem, mas todos temos de aprender, mesmo os Monumentos Nacionais. Os Monumentos Nacionais têm de aprender um pouco também a ter regras claras e depois a aceitar um pouco a necessidade do espaço, por um lado, por outro lado, a vida que o espaço tem. Ou seja, quando nós falamos numa igreja, nós falamos de um espaço de culto, de liturgia de celebração. As celebrações não são como no tempo em que a Igreja foi feita. Se temos uma igreja do século XIII... Depois do século XIII já houve dois grandes momentos na igreja, o concílio de Trento e o concílio Vaticano II e que exigiu mudanças também na liturgia, ou seja, o que exige que o monumento seja dinâmico. Não é destruir aquilo que está, mas é adaptar sempre àquilo para que foi feito. Isto às vezes é um pouco difícil, no caso das igrejas, mas é muito necessário. Agora, é possível. A relação tem de ser aprendida, mas é muito importante que todos ponham ao serviço do mesmo edifício do mesmo monumento aquilo que sabem e aquilo para o que estão formados. Com alguma celeridade e com alguma capacidade de pensar que os monumentos não são relíquias, não são antiguidades. Os monumentos falam e deixam história e fazem história. Nós não temos nenhum monumento que esteja igual à origem. Então porque é que hoje nós não podemos digamos que valorizar mais de maneira que se possa servir para aquilo que foi criado a liturgia, no cumprimento das normas da igreja, da liturgia da igreja e sem destruir o destoadado. Claro que depois do concílio houve uma regra, quando o Concílio do Vaticano II, esta igreja esta grande novidade de há 60 anos de a igreja ter uma reunião muito grande e ter decidido que o altar estaria mais para o meio da igreja... assassinaram-se muitas igrejas, porque meteu-se na cabeça que era tirar o altar de trás e metê-lo à frente. Não houve uma capacidade de adaptação, houve uma capacidade de remoção e isso não ajuda, mas é atualizar sem destruir o que está. Como é que se pode dar vida nova ao espaço? E aí a relação é possível, não é fácil, não posso dizer que seja fácil, porque todos nós estamos habituados a mandar e a dialogar pouco... E às vezes isso torna-se muito difícil para além de muitas vezes também haver muitas negociadas de muitos tipos por trás. Agora, exige, permanentemente, que nós pensemos antes de mais o edifício e depois pensemos, no que eu penso, no que eu gostava,

no que eu desejava. No fundo é preciso pôr em confronto permanentemente as regras das instituições que têm, que usam o espaço e ao mesmo tempo as regras emanadas pela Direção Regional da Cultura. É uma aprendizagem permanente, é uma conversação permanente, nem sempre fácil, mas sempre bela.

Anexo D – Mapa cultural da cidade de Elvas

